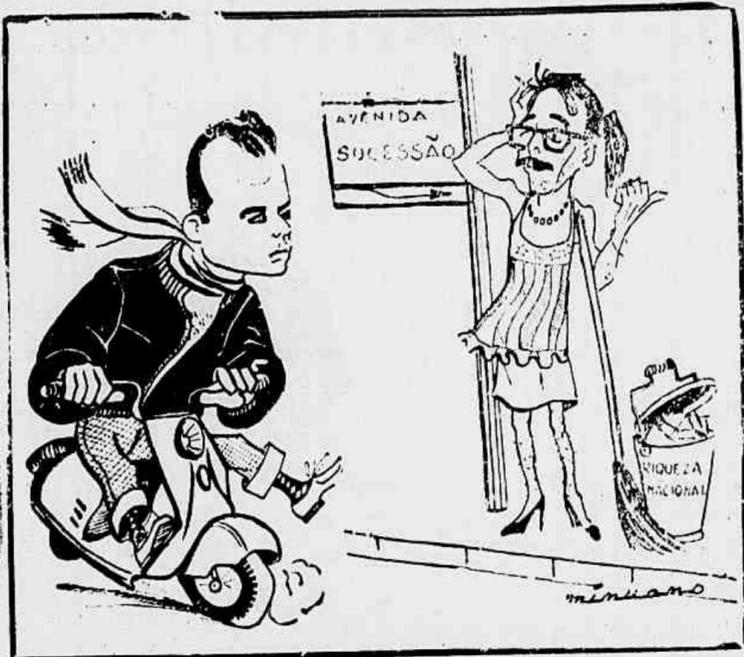


NOVOS RUMOS

REDAÇÃO: AVENIDA RIO BRANCO, N.º 257 — SALAS 1711/1712



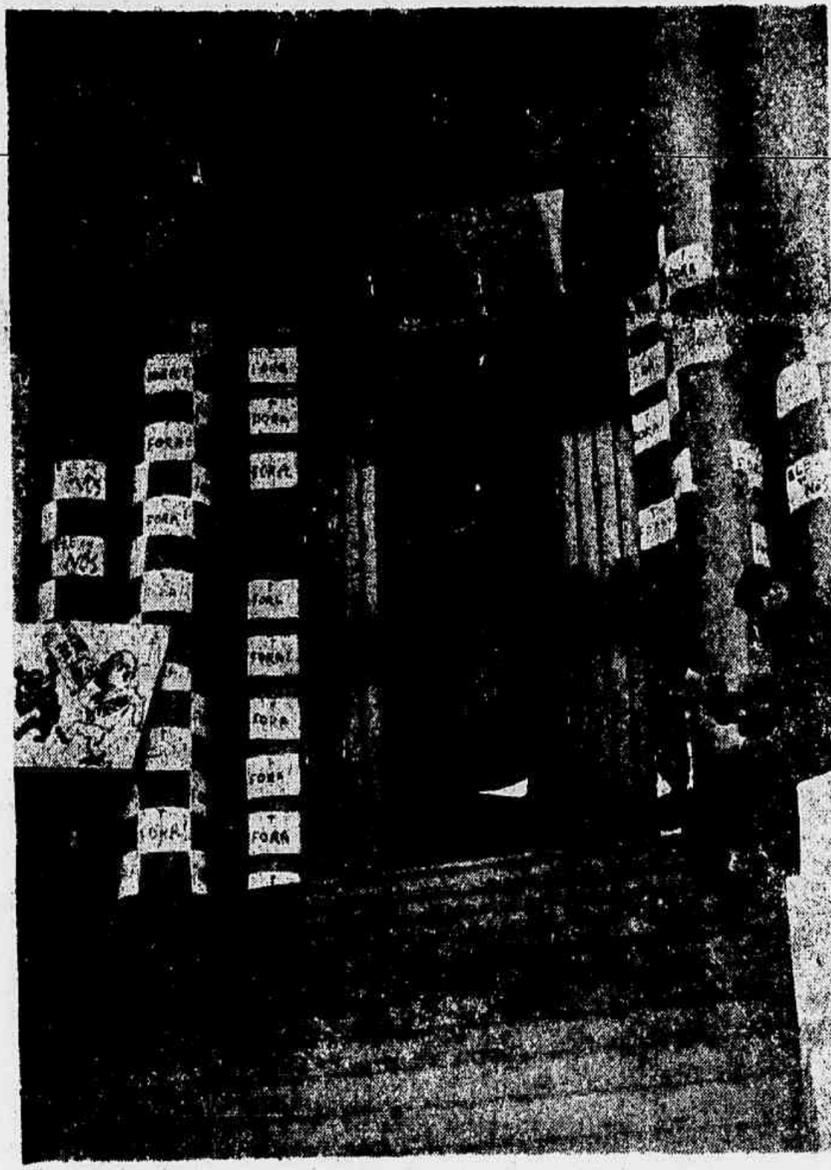
BRASIL REPELE IMPOSIÇÕES DOS IMPERIALISTAS DO FMI

HOJE

— Teremos
Amanhã
Uma
Geração
De
Monstros?

(Artigo do
cientista
soviético
K. Anglitsev
na 7.ª página)

5
CRUZEIROS



AS CAUSAS DA EPIDEMIA DE GREVES ESTUDANTIS —

Na porta de entrada da Faculdade de Ciências Médicas (foto) os acadêmicos colocaram seus cartazes. A maioria deles traz uma única palavra: «Fora». Expressa o desejo dos estudantes de que o diretor da Faculdade seja demitido das funções que vem (mal) exercendo. É a principal reivindicação de mais uma greve estudantil, que ameaça transformar-se numa greve geral dos universitários cariocas. Não só no Distrito Federal, aliás, mas igualmente no interior do país, têm sido ultimamente constantes os movimentos reivindicatórios dos estudantes que culminam com a paralisação das aulas. Diversos são os motivos que determinam a explosão desses movimentos. Mas, atrás desses motivos existem razões mais profundas, determinantes do estado de insatisfação e mesmo rebeldia da mocidade das nossas escolas. Quais são essas razões? (Leia, na 11.ª página, o artigo de LUIZ FERNANDO CARDOSO).

O governo brasileiro acaba de tomar uma decisão da maior importância ao romper as negociações com o Fundo Monetário Internacional em torno do empréstimo de 300 milhões de dólares para cobrir o deficit do balanço de pagamentos do país. O rompimento foi oficialmente anunciado pelo próprio Presidente da República, em uma reunião com senadores do PSD, no Palácio das Laranjeiras, terça-feira última.

Ao assumir essa atitude, o Presidente Kubitschek confirma plenamente a denúncia que vinha sendo feita pelos comunistas e por outras forças patrióticas: — o FMI, agência financeira do capital monopolista norte-americano, quer impor ao Brasil exigências que importam na capitulação mais vergonhosa diante dos interesses ianques, no abandono dos projetos de desenvolvimento econômico do país e no agravamento extremo das condições de vida do povo. Há meses se arrastam as negociações, e o FMI não cede um milímetro. Em troca do empréstimo, o governo teria que promover uma completa reforma cambial, desvalorizar aceleradamente o cruzeiro, renunciar ao monopólio estatal do petróleo, estrangular a indústria pela contenção do crédito, paralisar as obras públicas, congelar os salários e vencimentos e lançar o povo brasileiro na mesma situação de desespero e sofrimento em que se encontra o povo argentino sob a «austeridade» made in U.S.A. do traidor Frondizi.

É necessário assinalar que o governo do sr. Kubitschek, embora não tenha cedido totalmente às exigências imperialistas, vem realizando uma política econômica-financeira que implica na aceitação parcial das imposições do FMI NOVOS RUMOS e outros órgãos da imprensa patriótica e democrática desmascararam insistentemente o Plano de Estabilização Monetária, as «reforminhas» cambiais da SUMOC e outras medidas através das quais os srs. Lucas Lopes e Roberto Campos pretendiam conquistar as graças dos círculos financeiros norte-americanos. Agora, porém, ficou evidente que os homens de Wall Street não se contentam com algumas concessões. Querem uma rendição completa e humilhante, no estilo Frondizi. Razão assiste, pois, aos comunistas e às forças nacionalistas quando combatem as vacilações do governo em face do imperialismo ianque e exigem a demissão dos entreguistas que ocupam postos-chave.

A repulsa do governo brasileiro às imposições do FMI poderá representar uma séria derrota para o imperialismo norte-americano e um grande passo no sentido da emancipação econômica do país. Para que isto se dê, no entanto, é necessário que o governo brasileiro avance no caminho de uma política exterior independente e adote medidas econômicas de claro conteúdo nacionalista. O Brasil não pode continuar a resolver suas dificuldades no balanço de pagamentos com uma política de endividamento progressivo, através de apelos sucessivos ao FMI e outras instituições de crédito imperialistas. As soluções patrióticas e viáveis existem e são conhecidas: ampliação do comércio exterior brasileiro a todos os países, inclusive aos mercados socialistas, estancamento da sangria de divisas mediante a limitação da remessa de lucros das empresas estrangeiras, abolição dos privilégios que favorecem o capital estrangeiro e comprometem nosso orçamento cambial.

Anunciam os jornais que o Presidente enviou (Conclui na 2.ª página)

Com a Light o que resolve é intervenção — (11.ª página)
Belo Horizonte fará greve contra truste — (4.ª página)
Curitiba: apuração crimes telefônica (ITR) — (4.ª página)

REFORMA CAMBIAL E FALSA CIÊNCIA
Artigo de JACOB CORENDER na 3.ª página

BOLCHÓI DE MOSCOU

Em julho próximo, deverá visitar o Brasil a companhia do Teatro Bolchói, de Moscou. Ante o natural interesse existente pela sua exibição entre nós, damos aqui alguns dados sobre esse famoso conjunto e o extraordinário êxito de sua recente atuação nos Estados Unidos.

MAIS DE DOIS SÉCULOS

O ballet russo tem mais de 2 séculos. Sua maestria foi transmitida de geração a geração e se aperfeiçoando sempre. Até a Revolução socialista de outubro de 1917, destinado apenas à elite e constituído por elementos selecionados na "alta sociedade", seus horizontes se alargaram depois da vitória da Revolução. Passaram à história as primeiras representações do Teatro Bolchói depois de outubro de 17: seus camarotes e frisas, onde antes se sentavam os nobres e burgueses, eram ocupados por homens do povo: soldados, marinheiros, operários, camponeses dos arredores de Moscou. O povo tinha pela primeira vez a possibilidade efetiva de desfrutar a arte cênica que tanto ama, mas que lhe era inacessível.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os operários saíam da fábrica e dirigiam-se, com suas roupas de trabalho, ao teatro já aberto, quando as tropas inimigas estavam sendo batidas.

O povo russo ama o teatro sobre todas as demais artes e diversões. E não só desfruta os prazeres que lhe oferece, como hoje contribui diretamente para o seu desenvolvimento constante.

Do seio do povo saem os futuros bailarinos, cenaristas e demais trabalhadores do Teatro. Os principais talentos de qualquer conjunto de amadores — que existem aos milhares na União Soviética — são chamados pelo Bolchói, pelo Meli Teatro, pelo Teatro de Arte Dramática, pelo teatro de ballet de Leningrado, onde aliás nasceu o ballet russo.

Esta é a principal característica do ballet atual da URSS: o manancial de seus notáveis talentos se encontra no povo, nos pequenos círculos de amadores dos clubes de fábricas, minas, usinas, estabelecimentos de ensino, tanto de Moscou como das demais cidades soviéticas e também do campo, pois na própria aldeia

RETORNA AO BRASIL EM JULHO

se multiplicam os conjuntos de amadores.

ASTROS E ESTRELAS DE PRIMEIRA GRANDEZA

Dai a constelação de bailarinos do ballet soviético, cujos nomes são conhecidos do público que frequenta teatro em qualquer país: Galina Ulánova, Maya Plisétkaia, Raísa Strutchkova, Katia Máximova, Nina Timoféieva, Marina Kondrátieva, Ludmila Mogomólova, o u luri Jdánov, Iaroslav Sekh, Nicolai Fadeétchev, Alexandr Lapaúri...

Artistas de talento, todos eles saíram do meio do povo e triunfaram através de uma rigorosa seleção que impõe o alto nível da arte teatral soviética.

A TURNÊ NOS EE. UU.

A ida do Teatro Bolchói aos Estados Unidos, em abril último, foi decorrência natural do estreitamento das relações culturais americano-soviéticas, não obstante a guerra fria. É verdade que antes — a partir de 1954 — o Teatro Bolchói havia excursionado pela Europa (Alemanha, França, Inglaterra). Mas sua atual turnê aos Estados Unidos superou todos os sucessos anteriores no mundo ocidental.

O interesse nos Estados Unidos pela visita do "Grande Teatro" da URSS revelou-se muito antes da chegada da companhia a Nova York. Todas as representações naquela cidade foram vendidas com antecipação. Formaram-se filas gigantescas para a compra dos bilhetes. Os americanos postavam-se à porta das bilheterias dispostos a passar horas ao relento, enfrentando frio e chuva, noites de insônia. Levavam consigo cadeiras, caixões vazios e até camas de lona e barracas para o caso de mau tempo. Para não perder tempo, os estudantes preparavam-se para os exames na própria fila, mulheres serziam meias. O "New York Times" ouviu certa vez de um dos que se encostavam em fila para a compra de bilhetes: "Quando eu vi a fila, pensei comigo: de qualquer forma será mais rápido do que ir a Moscou, ao Bolchói Teatro. Mas já estou aqui há muitas horas e agora já não sei o que será mais rápido..." Muita gente ficou em fila 39 horas... e não conseguiu bilhete.

AS CRÍTICAS ESPECIALIZADAS

A imprensa americana demonstrou inicialmente certa prevenção ante a companhia do Teatro Bolchói. Que era um estilo diferente, coisa pomposa lembrando a Mausoléus de Halicarnasso (disse a revista "Time"). Mas com o prosseguimento dos espetáculos e o entusiasmo do público, a crítica mudou de tom. Veio o elogio rasgado, o reconhecimento de que realmente os soviéticos são os mestres da grande arte do ballet.

O conhecido crítico teatral John Martin lembrou que constituía, no passado, um acontecimento quando os bilhetes se vendiam com antecipação. E acrescentou: "Mas nada se compara com estes dias! Diante disto, os fatos passados são brincos de criança."

Outro crítico especializado, Walter Terry, escreveu que os Estados Unidos não têm uma escola de ballet do Estado que se compare ao Teatro Bolchói, que conta com a ajuda do Estado para a educação e o ensino dos jovens talentos.

O SUCESSO DE ULÁNOVA

A grande atriz Galina Ulánova foi alvo de particular atenção por parte do público e dos críticos especializados. Sua fama vinha de longa data como a grande bailarina do século.

"Uma artista de qualidades quase supratere-nas!" — exclamou John Martin. E acrescentou: "A legenda de Ulánova precedia ao aparecimento da artista nos Estados Uni-

dos. Fomos testemunhas da maravilhosa, inesquecível encarnação da lenda em realidade. Nenhuma outra "Julietta" que nos lembremos tão jovem de corpo e alma..." — isto apesar de Ulánova já ser uma veterana do ballet.

Elogios idênticos se fizeram a Maya Plisétkaia, Raísa Strutchkova e à jovem (19 anos) Katia Máximova, sobre a qual Chapman, do "Daily News" escreveu: "Esta admirável jovem de talento é capaz de arrebatá-lo os mais empedernidos corações".

FATOR DE APROXIMAÇÃO

O Teatro Bolchói estendeu sua turnê, além de Nova York, a outras cidades dos Estados Unidos. Mais de três milhões de americanos quiseram vê-lo. Apenas uma quinta parte conseguiu o.

Foi um prazer para o povo americano e mais uma importante contribuição para a aproximação de dois grandes povos: o americano e o soviético. O crítico teatral americano Coleman escreveu a este respeito: "No terreno da aproximação dos povos, a arte pode, às vezes, fazer mais do que a diplomacia".

Este era o espírito de milhares de cartas recebidas pelos jornais americanos e pelos artistas do ballet soviético.

Esperamos que o mesmo acontecerá em relação ao povo brasileiro, pois não é por sua vontade que não temos ainda relações com a União Soviética, a pátria do socialismo e o país do ballet.

O BRASIL REPELE AS...

(Conclusão da 1ª página) emissários a D. Jaime e D. Helder para pedir a estes chefes da Igreja católica que não criem dificuldades à execução dessa medida básica para a solução dos problemas nacionais: o restabelecimento de relações com a União Soviética. Afirma-se ainda que o governo organiza uma missão oficial que irá a Moscou para formalizar o restabelecimento de relações e assinar um acordo comercial com a URSS. Este é realmente o caminho que possibilitará ao governo brasileiro contar com os recursos necessários para enfrentar as pressões antinacionais dos monopólios ianques.

Nos dias decisivos que estamos vivendo, o governo brasileiro se acha diante de uma encruzilhada. Ou segue o exemplo de Frondizi e marcha para a traição e a ruína, ou se coloca ao lado do povo e representa os interesses da nação. Este é o momento para que as forças nacionalistas e populares, os operários, os estudantes, os militares, os patriotas de todas as camadas sociais e de todos os rincões do país, manifestem ao Presidente da República seu apoio entusiástico pela atitude de repúdio às imposições imperialistas e exijam medidas concretas que libertem nossa pátria da dependência aos trustes estrangeiros.

Raísa Lapauri



RAÍSA STRUTCHKOVA é uma das grandes figuras do "ballet" soviético. O público brasileiro já a conhece da anterior exibição de um grupo da companhia do Teatro Bolchói no Rio. Strutchkova deixou no Brasil inúmeras admiradores de sua arte e de sua simpatia



GALINA ULÁNOVA continua sendo a "incomparável" no "ballet" soviético. «Quase extra-terrena» — disse dela um crítico da imprensa norte-americana.

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Redator-chefe — Orlando Bomfim Jr.
Secretário — Fragma Borges
REDATORES
Almir Matos, Rui Facó, Paulo Motta Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardim,
MATRIZ
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7344
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar, S/905
Endereço telegráfico — «NOVOSRUMOS»
ASSINATURAS
Anual Cr\$ 250,00
Semestral " 130,00
Trimestral " 70,00
Aérea ou sob registro despesa à parte
N. avulso Cr\$ 5,00
N. atrasado " 8,00



Aqui vemos Raísa (Lapaúri) Strutchkova numa de suas representações no Teatro Bolchói, em Moscou, no "ballet" "Cinderela". Strutchkova, na recente turnê do Bolchói nos Estados Unidos, foi uma das mais aplaudidas bailarinas e das que mereceram melhores referências da crítica especializada

CRÔNICA INTERNACIONAL

"ESTA HORRÍVEL MÁQUINA DE GUERRA"

Encontrou repercussão mundial o discurso proferido na segunda sessão plenária do Congresso Atlântico (sob os auspícios do Pacto Militar do Atlântico Norte, em Londres), pelo presidente da Universidade de Harvard (Washington), O dr. Mordchai Johnson, genérico dramáticamente a transformação do Tratado do Atlântico Norte, de uma «horrible máquina de guerra», para instrumento capaz de ajudar a libertação de africanos e asiáticos que lutam por sua libertação, Johnson criticou aserbamente a exploração colonial de que são vítimas muitos povos da Ásia e África pelas potências ocidentais.

O Congresso do Atlântico reúne destacadas personalidades, ministros, parlamentares, industriais e comerciantes dos países filiados à OTAN. Ali se encontram, entre outros, o ex-Primeiro-Ministro inglês e líder do Partido Trabalhista Clement Attlee, os senadores americanos Humphrey e Cooper, o representante da «União da Indústria Alemã» Berg.

E, portanto, uma assembléa de alto nível dos países atlânticos, como parte das comemorações do décimo aniversário da criação dessa aliança militar. Comemora-se a sua fundação. Os acontecimentos do último decênio mostram que semelhantes comemorações não podem ser de regozijo. Durante a existência da OTAN a situação mundial só fez se agravar. A guerra fria foi levada ao apogeu, empurrando o mundo algumas vezes às portas da guerra atômica.

Não por acaso as palavras do presidente da Universidade de Harvard tiveram tamanha repercussão ao caracterizar o Pacto do Atlântico Norte como é a realidade: «uma horrível máquina de guerra». É verdade também que uma tal máquina de guerra jamais poderá transformar-se num instrumento capaz de ajudar aos milhões de pobres e asiáticos que vivem sob a ferula da exploração. Os dez anos transcorridos comprovaram o sobejamento. Não por acaso aumentam as contradições nas próprias fileiras da OTAN. Agora mesmo a Islândia recusou-se a participar do Congresso de Londres. Neste momento a França demonstra temer as consequências gravíssimas da instalação de bases americanas de foguetes em seu território e parece decidida a impedi-lo. Políticos conhecidos, como o ex-embaixador americano George Kennan, o senador Mansfield, um militar não menos famoso, o marechal Montgomery, apontam novos caminhos que não os traçados pelos estrategistas e provocadores de guerra da OTAN.

Em resumo, são nobres as palavras do professor Johnson, inspiradas no humanismo, ao condenar essa «horrible máquina de guerra» que é o Pacto do Atlântico Norte. Os povos aspiram à coexistência pacífica, não querem guerra. A Conferência de Genebra, com todas as dificuldades que enfrenta, mostra que as conversações são possíveis. São possíveis entendimentos e acordos entre o Leste e o Oeste. Ainda que de Genebra não saiam soluções para o problema da Alemanha e o «status» de Berlim Ocidental, justificam-se as esperanças numa conferência de cúpula, numa reunião de chefes de Estados. Porque o estado de espírito dominante no mundo é favorável à paz.

As palavras do professor Johnson comprovam que este é também um anseio do povo dos Estados Unidos.

REFORMA CAMBIAL E FALSA CIÊNCIA

Jacob GORENDER (Especial para NOVOS RUMOS)

Sem pretender alcançar resultados exatos, mas apenas aproximativos, pensamos que é muito mais correto, para um cálculo desta natureza, adotar por base não o ano de 1937, como fizeram os economistas do FMI, mas o de 1948, quando o governo brasileiro declarou oficialmente ao próprio FMI a taxa paritária de Cr\$ 18,50 por dólar. Podemos considerar esta taxa razoavelmente aproximada do valor real do cruzeiro em 1948, ano que se já não pertence ao período de disponibilidades cambiais resultantes da conjuntura de guerra, foi, porém, apenas o início do período seguinte de escassez cambial. Em 1948, gozava ainda o cruzeiro de relativa estabilidade cambial entre outros motivos porque de 1945 a 1948 (inclusive) os ritmos da inflação no Brasil e nos Estados Unidos foram quase coincidentes.

Reduzindo para 1948-100 os índices adotados pelo próprio FMI para os preços por atacado no Brasil e nos Estados Unidos e parti-

do da taxa básica de Cr\$ 18,50 por dólar naquele ano, podemos compor o seguinte quadro, em que figura uma estimativa das sucessivas taxas paritárias do cruzeiro:

QUADRO II

ANOS	Índices dos preços por atacado		TAXA
	Brasil	EE.UU.	
1937	28,8	52,4	10,20
1945	60,0	64,5	17,20
1946	71,5	73,3	18,10
1947	86,2	92	17,30
1948	100	100	18,50
1949	110,5	94,3	21,60
1950	127	98	23,95
1951	150	108	25,70
1952	168	105	29,60
1953	192	101	34,20
1954	252	104	44,80
1955	283	101	50,30
1956	339	108	58,10
1957	379	111,5	63,00
1958	426	113	69,70

Como se vê, temos para 1958 uma estimativa de taxa paritária do cruzeiro, que representa apenas 57% daquela calculada pelo FMI. Lembremos, a propósito, que os economistas do Itamarati, no seu estudo

intitulado «A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL. E. EM PARTICULAR, DO BRASIL», adotaram, baseados na CEPAL, uma taxa de conversão de 62 cruzeiros por dólar, extremamente aproximada daquela que em nosso quadro corresponde ao ano de 1957 (Cr\$ 63,00 por dólar). É de supor que, tendo sido realizado em meados de 1958, o referido estudo adotou a taxa encontrada para o ano anterior e que resulta da comparação entre a desvalorização real interna do poder de compra do cruzeiro com a desvalorização do poder aquisitivo interno do dólar.

Não possuímos dados suficientes para prosseguir a estimativa até o momento presente. Mas, abstraindo da inflação norte-americana — que não deixa todavia de evoluir — e supondo uma desvalorização interna do cruzeiro de 20% para os primeiros cinco meses de 1959, poderemos admitir agora uma taxa paritária aproximadamente real de Cr\$ 83,60 por dólar.

embora para ela já se tenha encaminhado por meio de medidas parciais preparatórias. Se o governo brasileiro vacila, não cede, porém, o FMI, iria diante de apelos e de promessas.

Porque fazer esta reforma cambial?

Cumpre esclarecer que pouca gente tomará a peito a defesa integral do vigente sistema de câmbio. Os seus defeitos de concepção e aplicação têm demasiada evidência. A época de sua instituição, com a Lei n.º 1807 de 7-I-1953 e a Instrução n.º 70 da SUMOC, em 9-X-1953, quando do governo Getúlio Vargas, representou tal sistema grave recuo, seria concessão ao capital financeiro norte-americano, o que, por sinal, coincidiu com um empréstimo de 300 milhões de dólares do EXIMBANK para a cobertura de atrasados comerciais do Brasil. A reforma cambial, que então se realizou, teve descaído caráter de generalidade (não havia razão, por exemplo,

para elevar as remunerações do café e do cacau, naquele momento ainda em alta no mercado internacional). Passando da medida de simples atualização da taxa de câmbio, a reforma tornou-se forte impulso ao ulterior incremento da desvalorização externa do cruzeiro e da inflação interna. Apesar disso, mantinha-se, o que é muito importante, com as taxas de câmbio múltiplas, reletivas e prioritárias, uma brechete financeira favorável ao desenvolvimento da economia nacional, em particular a industrialização.

Todavia, o que o FMI pretende impor agora não é qualquer reforma, porém, determinada reforma, com determinado conteúdo, visando a eliminação completa dos controles cambiais seletivos pelo poder estatal e a submissão de todas as operações de câmbio ao jogo espontâneo e automático das taxas do mercado livre. E, portanto, desta planejada reforma cambial que se trata no momento presente.

tos parciais de sua aplicação, o sistema cambial da época da CEXIM e, em menores proporções; o sistema, que se seguiu à Lei n.º 1.807, foram significativas manifestações de uma correlação de forças em que, no quadro das classes dominantes, a burguesia industrial levou nítida vantagem sobre os latifundiários e os seus aliados naturais, os grandes comerciais de exportação. Ao contrário do que sucedia no passado, o sistema de câmbio deixou de ser manipulado para incrementar o volume de lucros de fazendeiros e exportadores, em detrimento do conjunto da nação, tornando-se, neste período recente, instrumento, muitas vezes, mal manejado, mas de qualquer modo instrumento de uma política estatal de industrialização.

As massas trabalhadora também influíram para este resultado e dele tiraram vantagens imediatas, impondo com a sua crescente força política, a prática da importação, a taxas de câmbio de custo, de artigos essenciais à formação de seu nível de vida, como petróleo e derivados, trigo e outros.

Em suma, o controle estatal do câmbio significou, na superfície, o controle da atuação da lei da oferta e da procura no mercado de divisas e, em consequência, no comércio exterior. Mais profundamente dentro dos limites estreitos em que isto é possível em regime capitalista o que se deu foi a aplicação *sui generis* da lei do valor pelo Estado na esfera do câmbio, numa direção que acelerou o desenvolvimento industrial, sobretudo no que se refere à indústria pesada. No seu sentido geral, o fato foi proveitoso à economia brasileira, apesar de algumas vantagens parciais que o capital estrangeiro não deixou também de alcançar, máxime depois de 1953.

Como é natural, não se deve supor que os agentes dessa original aplicação da lei do valor tivessem atuado inspirados por considerações teóricas marxistas. Na realidade, foram movidos pela dinâmica objetiva dos interesses de classe. Mas isto já é suficiente para confirmar o marxismo.

algumas de caráter estrutural. O fato é que, segundo reconhece a revista «Conjuntura Econômica», em seu número 4 do ano corrente, o índice do custo de vida acusou em fevereiro último, o mais elevado aumento mensal já verificado talvez em toda a história da inflação brasileira.

A batalha contra a reforma cambial encerra, para as forças nacionalistas, um significado de primeira grandeza nos quadros da luta geral pela emancipação do nosso país. Para os trabalhadores, encerra, ademais, o significado de batalha importantíssima contra a inflação e a carestia.

Realizada a reforma cambial projetada pelo FMI, o controle do câmbio passaria inteiramente das mãos do Estado para as do imperialismo norte-americano. Grande parte, senão a maior parte das divisas, ficaria nas mãos das firmas exportadoras norte-americanas, que operam dentro do nosso próprio país, como a Anderson Clayton, a American Coffee, a SANBRA, a Standard Brands e outras. Não teremos, como se supõe, um mercado livre de câmbio, mas um mercado diretamente dominado por essas firmas, em benefício, está claro, dos interesses do capital estrangeiro e em prejuízo da economia nacional. É esta uma circunstância da máxima gravidade, que os paladinos da reforma cambial omitem cuidadosamente.

Em segundo lugar, a reforma cambial não beneficiará, como se apregoa, a maior abundância de divisas. Ao contrário, favorecerá as manobras baixistas dos monopólios norte-americanos no mercado internacional, de e eliminando quedas de preços para os nossos produtos de exportação, principalmente o café e o cacau, cujo comércio mundial é influenciado em escala substancial pelo contingente exportável da produção brasileira. Embora os fazendeiros e exportadores venham talvez a obter momentaneamente maiores somas em cruzeiros, a receita nacional de divisas tenderá a decrescer, mais do que até agora. A economia nacional perderá substância em favor do imperialismo e sofrerá maiores dificuldades em seu processo de desenvolvimento.

A crise cambial, que o país vem atravessando, decorre de fatores conjunturais, como a superprodução do café, a crise econômica, que se verificou nos EE.UU., com reflexos em todo o mundo capitalista, etc. Ao mesmo tempo, porém, a crise cambial está vinculada a causas estruturais. É que o ritmo da industrialização se acelerou em nosso país, determinando necessidades crescentes de divisas para a aquisição de bens de produção no exterior. Mas, enquanto a estrutura econômica se modifica em alguns dos seus aspectos, o comércio de exportação conserva as mesmas características coloniais do passado. Permanece baseado quase num único produto agrícola — o café — extremamente vulnerável pela competição internacional e pelas prolongadas crises de superprodução. A outra face deste comércio de tipo colonial é a sua submissão a um mercado monopolista — o dos Estados Unidos.

A curto prazo, a primeira medida de realização imediata possível, é a ampliação dos mercados externos o rompimento com o monopólio do mercado norte-americano. A esta luz do bom senso, que só não ilumina os economistas J. J. Camargo e Danilo Neves, qualquer pessoa pode compreender o quanto é vantajoso e necessário para o nosso país o estabelecimento de relações com a União Soviética e os demais países socialistas. A esta conclusão já chegaram os economistas (será acaso) do Itamarati, que elaboraram o estudo por nós citado em outra parte deste artigo.

A longo prazo, o problema (Conclui na 11.ª página)

ARGUMENTOS EM FAVOR DA REFORMA CAMBIAL

Para fundamentar a necessidade desta reforma vieram a público recentemente argumentos e mesmo cálculos com aparência científica. «O Globo» divulgou o resumo de um relatório do FMI sobre a situação econômico-financeira de nosso país. A revista «Conjuntura Econômica», em seu n.º 5 do ano corrente, teve considerações à base de uma estimativa do mesmo FMI a respeito das taxas paritárias do cruzeiro durante o período 1945-1958. E o «Correio da Manhã», servindo-se da referida estimativa, se deu ao trabalho de «descobrir» (V. edição de 2-VI-1959) a astronômica cifra que teria sido confiscada ao setor agropecuário. Como fundo coral, ouvem-se as vozes e as ameaças de fazendeiros e exportadores de café, que clamam pela extinção do chamado «confisco cambial».

Os paladinos da reforma argumentam que a escassez cambial, de que hoje sofre o país, só pode ser superada com o estímulo às exportações, a fim de aumentar a produção de divisas. Mas o setor exportador estaria com o seu desenvolvimento inibido em virtude do «confisco cambial» a ele injustamente imposto e que, segundo o «Correio da Manhã», teria totalizado, em 11 anos, a soma de 581,1 bilhões de cruzeiros (sic). Seria urgente, pois, eliminar tal confisco, o que requer a eliminação simultânea de todas as taxas favorecidas para importação, que estariam implicando, segundo afirmam aqueles paladinos, em «distroções» da economia brasileira. A solução seria a generalização do mercado livre (talvez já tão ampliado, pela SUMOC de um ano para cá), o que permitiria chegar, em certo prazo, à ideal taxa única paritária, que se supõe jus-

ta e correta, de acordo com os cálculos do FMI. Vejamos o que este raciocínio possui de falso pelo que encerra e, em seguida, pelo que omite.

OS ECONOMISTAS DO FMI E SUA MALÍCIA

Numa época como a nossa, em que o padrão ouro não existe senão de modo convencional, a taxa ou cotação paritária efetiva de uma moeda só poderá ser revelada na relação comparativa entre o seu poder aquisitivo no país de origem e o poder aquisitivo, também no próprio país de origem da moeda considerada padrão internacional.

Conforme se vê na «Conjuntura Econômica» citada acima a «International Financial Statistics», publicação do FMI, visando determinar o que corresponderia a taxas cambiais aproximadamente de equilíbrio, toma por base o ano de 1937, com a taxa de Cr\$ 37,64 por dólar. A partir daí, estabelecendo uma relação comparativa entre os índices dos preços por atacado do Brasil e dos Estados Unidos, «descobre» as seguintes taxas paritárias do cruzeiro:

QUADRO I

ANOS	ÍNDICE DOS PREÇOS POR ATACADO		TAXA DE CÂMBIO	
	BRASIL	EE. UU.	Cr\$/US\$	
	1937	100	100	17,61
1945	208	123	29,78	
1946	248	140	31,19	
1947	299	176	29,91	
1948	347	191	31,99	
1949	384	180	37,57	
1950	441	187	41,52	
1951	521	207	44,32	
1952	581	201	49,91	
1953	668	199	59,00	
1954	875	199	77,43	
1955	982	199	86,90	
1956	1.176	207	100,04	
1957	1.316	213	108,80	
1958	1.477	215	120,98	

Teríamos determinado, assim, o verdadeiro grau de desvalorização do cruzeiro com relação à desvalorização do dólar. Na verdade, porém, este cálculo dos economistas do FMI não passa de pseudo-ciência. O seu vício essencial consiste em ter tomado por base o ano de 1937, que faz parte de uma década durante a qual o nosso país atravessou grandes dificuldades cambiais. Estas impuseram à moeda brasileira uma desvalorização externa em relação paritária, por um lado, com a sua desvalorização interna e, por outro lado, com a desvalorização do próprio dólar (em 1933, a cotação deste passou oficialmente de \$ 20,67 por onça de ouro fino para \$ 35).

Além disto, segundo se pode ver no Anuário Estatístico do IBGE, edição de 1954, o câmbio médio de 1937 não foi de Cr\$ 17,61 por dólar mas de Cr\$ 16,03 (no mercado livre). Em 1938 é que o câmbio médio foi de Cr\$ 17,62 por dólar. Os economistas do FMI estabeleceram por base não a taxa média de todo o ano de 1937, mas apenas do seu mês de Dezembro, quando já havia plenamente retomado o seu curso a tendência à desvalorização cambial do cruzeiro, interrompida de abril de 1936 a agosto de 1937.

Uma vez estabelecido com espírito malicioso, e não científico, o índice de base, é fácil compreender que o cálculo daí decorrente será todo falso. No caso, o objetivo se torna visível: exagerar ao máximo o que se apresenta como desvalorização real do cruzeiro para justificar e fazer aceitável a projetada reforma do sistema de câmbio brasileiro.

A QUE SE REDUZ O CHAMADO CONFISCO CAMBIAL

A partir daí é possível suprimir algumas aparências e penetrar mais profundamente na realidade da esfera cambial brasileira.

Em primeiro lugar, quanto às dimensões mais do chamado «confisco cambial», que pode ser definido como a diferença entre o que recebem os exportadores e o que valem os produtos exportados a uma taxa paritária real do cruzeiro.

O «Correio da Manhã» baseando-se nas taxas do Quadro I, conclui para o setor agropecuário, o referido confisco totalizou, no período de 1945-1958, a soma de 581.460 milhões de cruzeiros. Salta à vista o absurdo, uma vez que confisco de tamanhas dimensões, se fosse efetivo, teria sido suficiente para arrosar o setor exportador agropecuário por muito tempo. Entretanto, isto esteve longe de se dar.

Se substituirmos as taxas do Quadro I pelas do Quadro II, utilizando os demais elementos de cálculo de que se valeu o «Correio da Manhã», chegaremos a um total que julgamos muito mais perto das dimensões, não aparentes, mas efetivas do confisco cambial, no que se refere à exportação agro pecuária ou seja, à soma de 143.890 milhões de cruzeiros, naquele mesmo período de 14 anos.

Dirão que, ainda assim trata-se de soma elevada. É preciso, porém, levar em conta as vantagens compensatórias que a agricultura de exportação tem recebido com prodigalidade: financiamentos do Banco do Brasil, reversão de parte da poupança dos ágios, etc. O estímulo à cafeicultura se expressa, por exemplo, no aumento do número de pés de café em produção de 2.130 milhões no ano agrícola 1946-47 para 3.350 milhões no ano agrícola 1957-58 (V. Relatório do Banco do Brasil para 1958, pág. 16). Além disto, o confisco atua indiscutivelmente, sobretudo numa conjuntura baixista, como poderoso fator de sustentação dos preços no exterior, o que é diretamente benéfico ao

setor de exportação. Com a cotação do café tipo Santos-4 girando agora em torno de 38 cents de dólar por libra-pêco, os líderes mais clarividentes da lavoura cafeeira, como o deputado Pacheco Chaves, percebem que a abolição do confisco cambial pode determinar a mais desastrosa queda dos preços no mercado internacional, trazendo consequências catastróficas para a própria cafeicultura.

A fim de justificar a abolição do confisco cambial, o «Correio da Manhã», em sua seção «Economia e Finanças», chega a argumentar com a necessidade de elevar o nível de vida dos trabalhadores do campo... O argumento é puramente demagógico, porque, até agora, o que se eleva com a alta dos preços em cruzeiros do café, do cacau, e demais produtos de exportação é a renda dos fazendeiros e exportadores, enquanto colonos e assalariados rurais recebem, no melhor dos casos, ínfimas migalhas.

POSIÇÕES DE CLASSE NA ESFERA DO CÂMBIO
Não é difícil perceber que abstraindo de aspec-

DEFINIÇÕES DE PERSPECTIVAS

A semelhança do que já alcançou na Argentina, o imperialismo norte-americano pretende, entre outras coisas, uma reviravolta cambial no Brasil. Na Argentina, a entrega do petróleo aos trustes ianques precedeu a reviravolta cambial. No Brasil, por motivos óbvios, o processo parece ser inverso: a subversão cambial é que deverá abrir caminho à entrega do petróleo.

Servindo-se do Fundo Monetário Internacional como seu instrumento e movimentando, em sentido, coincidente fazendeiros de café e comerciantes de exportação, o imperialismo norte-americano já conseguiu impor ao governo brasileiro algumas reformas parciais que modificaram o sistema cambial e prepararam o terreno para a sua reforma completa. É suficiente assinalar que, em apenas um semestre, a taxa do câmbio de custo ou taxa mínima do câmbio favorecida foi elevada em 100%, ou seja, fixada em Cr\$ 100,00 por dólar. Isto terminou de ser consumado em janeiro do ano corrente. A taxa mínima do câmbio favorecida era colocada, desta maneira, acima da taxa paritária do cruzeiro em 1958, conforme se pode ver pelo Quadro II, e acima mesmo da taxa paritária aproximada de Cr\$ 83,60 por dólar, que calculamos para o momento presente, ou seja, para junho de 1959. Com a brusca elevação dos custos, de artigos essenciais importados, a inflação e a carestia não podiam deixar de tomar extraordinário impulso, ainda mais quando são acomadas também por causas de ordem interna.

ASSINE E DIVULGUE "NOVOS RUMOS"

COMO SE PODE REALIZAR CÁLCULO DIFERENTE

Os círculos oficiais, com o sr. Juscelino Kubitschek no centro, estão sendo protagonistas de uma história de «suspense», no estilo dos filmes de Hitchcock à medida em que se desenrolam as complicadas negociações junto ao Fundo Monetário Internacional para a obtenção de novos empréstimos ex-

ternos. Enquanto as negociações se arrastam e os emissários oficiais e confidentiais vão e vêm entre o Rio e Nova York, a opinião pública toma conhecimento das exigências draconianas do FMI. Diante de uma dessas exigências — a reforma cambial imediata e completa — vacila o governo brasileiro,

BELO HORIZONTE CONTRA A "SOLUÇÃO" CATETE

GREVE GERAL PELA ENCAMPAÇÃO DA "BOND AND SHARE"

BELO HORIZONTE (Do Correspondente) — Continua em crescendo a onda de protestos, nesta capital, contra a decisão do Presidente da República...

tervenção na Força e Luz. Também a Assembléia Legislativa do Estado manifestou a sua insatisfação diante da decisão do sr. Kubitschek...

do Catete re... apenas 10% do... da produção da... Luz, em relação ao... como da cidade.

fily (PSD), Sandanha Der... (UDN), Sousa Leão (PSP) e Bento Gouçalves (do PR, com delegação do PTB) — manifestou-se em nota oficial...



Numa das sessões plenárias do VII Congresso dos Municípios Paulistas, o presidente da APM, sr. Aniz Badra, apartela o vereador Francisco Ramos, que ocupava a tribuna

CONGRESSO DOS MUNICÍPIOS DE S. PAULO

Reforma Agrária e Reivindicações Nacionalistas

APLAUSO À ENCAMPAÇÃO DA BOND AND SHARE EM PORTO ALEGRE — REAFIRMAÇÃO DE APOIO À PETROBRÁS — SOLIDARIEDADE AO MARECHAL LOTT NO CASO DA VENDA DE TERRAS DA AMAZÔNIA — REATAMENTO DE RELAÇÕES COM A URSS, CHINA POPULAR E DEMAIS PAÍSES SOCIALISTAS — VOTO AOS ANALFABETOS — MANUTENÇÃO DO CHAMA DO CONFISCO CAMBIAL

SAO PAULO (do correspondente) — Com a participação de cerca de quatrocentos deputados e vereadores de São Paulo, reuniu-se de 27 a 31 de maio em Campos do Jordão o VII Congresso Estadual de Municípios...

Fora De Rumo

RAIMUNDO NONATO

Quando se escreveu a história do dr. Pangloss, traduzida para o francês, no ano da graça de 1759 pelo Dr. Ralph e enriquecida através de notas encontradas no bolso do mesmo Doutor, morto em Minden...

No entanto, se é verdade que a literatura da Central do Brasil sempre descreve, em tonalidades rosa, o espetáculo dos engavetamentos e dos corpos despedaçados entre ferragens, também não se pode apresentar como pessimista o dr. Roberto Taunay...

Pessimista, no duro, é o sr. Clémens Sampaio, deputado pela Bahia, que vive a chamar a atenção do sr. Kubitschek para a ação dos canalhas e ladrões...

A voz de Clémens é suplantada pela de autoridades maiores. No mesmo recinto, os líderes Falcão e Lacerda entram em disputa. O assunto é Brasília. Discute-se roubarheira. Quais os diretores da NOVACAP mais espertos? Os do PSD? Os da UDN? A discussão se alonga, mas não se esclarece nada e lá fora trava-se a batalha do dia: de um lado, novos elementos exigindo que o exemplo de Brizola se estenda a Belo Horizonte, Recife e Salvador...

PRESTES FUNDAMENTA AS SOLUÇÕES DOS COMUNISTAS

Publicado pela Editorial Vitória o folheto "A situação política e a luta por um governo nacionalista e democrático"

A Editorial Vitória acaba de lançar uma nova série — a Coleção de Documentos Políticos —. A primeira publicação é o folheto de Luiz Carlos Prestes "A Situação Política e a Luta por um Governo Nacionalista e Democrático". É um estudo de nossa realidade e de nossos problemas, com a fundamentação dos caminhos e soluções apresentadas pelos comunistas...

FPN pela encampação

Também a Frente Parlamentar Nacionalista manifestou sua solidariedade à população mineira, que aspira à encampação imediata da Bond and Share...

PARANÁ: VÃO SER APURADOS CRIMES DO TRUSTE TELEFÔNICO

Recebemos do Sr. Yrlan Cavet, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, a seguinte comunicação:

"Exmo. Sr. Diretor: Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que, nesta data, foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a responsabilidade da firma norte-americana 'INTERNATIONAL TELEPHONE AND TELEGRAPH CORPORATION'...

FRAUDE OFICIALIZADA NA COBRANÇA DO IMPÓSTO SOBRE LUBRIFICANTES

Na Câmara, o representante do PTB, sr. Fernando Santana, apresentou requerimento de informações sobre as bases em que foi estabelecido o imposto único sobre lubrificantes. Fartamente fundamentado em citações de textos de lei e em cifras do sr. Fernando Santana demonstra que deviu a uma incompreensível orientação de cunho antinacional, houve na prática uma redução de Cr\$ 12.408,00 por kg para Cr\$ 8.104,00 por kg na cobrança daquele imposto...

dos telefones do Paraná, instalados desde Castro até Paranaguá, inclusive Curitiba, adquiridos, por escritura pública lavrada a 11 de fevereiro de 1925, e JAMAIS VENDIDOS;

c) "oferecer" debêntures ao povo de Curitiba, coagindo-o a adquiri-las para poder instalar os automáticos, "garantidas" por tais instalações que não lhe pertencera;

REFORMA AGRARIA

Apresentada pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto, foi aprovada pelo Congresso uma tese referente à necessidade de ser realizada a reforma agrária nos municípios paulistas. Sobre o mesmo assunto foram feitas sérias críticas à pretensa "reforma agrária" do governador Carvalho Pinto...

NACIONALISMO

Através da aprovação de várias teses e propostas, o Congresso firmou uma clara posição nacionalista. Eis algumas dessas propostas aprovadas: — solidariedade ao governador Leonel Brizola pela encampação da subsidiária da Bond and Share no Rio Grande (moção do deputado Germinal Feijó); — solidariedade ao ministro Teixeira Lott por sua atitude contra a venda de áreas da Amazônia a grupos econômicos norte-americanos; — reafirmação de apoio à Petrobrás;

DEPOIS DE QUASE UM SÉCULO DE LUTAS

TÊXTEIS REALIZARÃO SEU I CONGRESSO NACIONAL

Pela primeira vez, desde que se enraizou e desenvolveu entre nós a indústria têxtil os trabalhadores desse ramo, plantada no Brasil no início do seu desenvolvimento industrial, se reuniram em congresso nacional, visando a discussão dos problemas comuns da corporação e a elaboração de um programa geral de reivindicações.

O I Congresso Nacional dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem realizou-se nesta Capital, entre os dias 17 e 21 do corrente, na rua Mariz e Barros, 61, e reuniu 240 delegados eleitos nas convenções estaduais, representando aproximadamente 800 mil operários têxteis empregados em cerca de 3 mil indústrias existentes, em 14 Estados da Federação.

PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES A história da vida, das condições de trabalho, das lutas e da organização dos operários têxteis, como a dos demais agrupamentos profissionais, é pontilhada de lances dramáticos, marcada com o sacrifício de inúmeras vidas, e com a conquista de significativas vitórias que animam e estimulam os trabalhadores a prosseguirem na luta diária por melhores salários, por melhores condições de vida e trabalho, até a sua emancipação total na exploração de que são vítimas.

Embora a legalização da indústria têxtil só tenha ocorrido no Brasil em 1º de abril de 1908, quando D. João Teófilo deu a carta régua baixada em 1775 que proibia simultaneamente a produção de tecidos no país, os primeiros orga-

ganizações dos trabalhadores têxteis de caráter reivindicatório só começaram a surgir, notadamente no Rio de Janeiro, após a Proclamação da República, quando a indústria de Fiação e Tecelagem, já bem desenvolvida, representava 60% do capital empregado em todas as indústrias do país.

Em 1903, já dirigida pela Federação dos Operários e Operárias em Fiação e Tecelagem, os trabalhadores têxteis do Distrito Federal realizaram uma grande greve, reclamando a diminuição da jornada de trabalho e a conquista de melhores salários. Desde então as lutas prosseguiram, apesar da constante pressão e violências policiais.

O PRIMEIRO MÁRTIR A Federação fora fechada pela polícia, mas em agosto de 1917 os trabalhadores voltaram a se organizar em torno da União dos Operários em Fiação e Tecelagem. Em 1918 realizaram a grande greve pela conquista de oito horas de trabalho. Nesse movimento, distinguia-se o jovem Miguel Martins, primeiro mártir da nova fase de organização, assassinado covardemente pelo sergente da Fábrica Confiança, 34 anos depois, em frente aos portões dessa mesma fábrica, em 1952, um discípulo de Miguel Martins também fuzilado pela polícia. Era o jovem Altair Paula Rosa, assassinado quando participava de um pacote de paralisação na grande greve realizada pelos têxteis do Distrito Federal, reclamando aumento de salários.

MODALIDADES DE EXPLORAÇÃO A indústria têxtil, desde os seus primórdios até os nossos dias, se caracteriza, no que tange aos trabalhadores, principalmente pela exploração do trabalho do menor e da mulher, e pelo pagamento do salário por tarefa. O emprego do menor, em algumas empresas, chega a alcançar até 50% do total dos trabalhadores, enquanto que o número de mulheres é de menor, atinge, de um modo geral, a cerca de 70% dos empregados na indústria de fiação e tecelagem.

Embora tenha sido durante muito tempo a principal fonte de produção industrial do país, a indústria de fiação e tecelagem sempre se sobressaiu pelo brutal regime de exploração a que submete os seus empregados, cujo nível de salário é o mais baixo entre os trabalhadores da indústria. Os melhores, trabalhando servi-

NILSON AZEVEDO

co de adulto, recebem em todo o território nacional a metade do salário mínimo regional. O regime de pagamento por tarefa obriga os tecelões e demais operários, qualificados a um trabalho estafante, a fim de que possam alcançar uma remuneração pouco superior ao salário mínimo atual.

MAQUINÁRIO ARCAICO Baseados nas garantias que encontram para submeterem os trabalhadores a um regime crescente de exploração pagando preços ínfimos pela mão-de-obra, os industriais jamais se preocuparam em renovar os seus instrumentos de produção. Máquinas antiquadas, com mais de 50 anos de uso continuam a ser utilizadas em larga escala, ao mesmo tempo que se exige do trabalhador o aumento da produtividade. Para tanto o empregador diminui, utilizando-se de vários artifícios, o preço do pagamento por tarefa, o que obriga o operário a trabalhar até o limite máximo permitido por suas energias, a fim de conseguir um salário médio quase nunca superior ao mínimo regional.

Mesmo durante a II Grande Guerra, quando a indústria têxtil nacional passou por uma fase de grande prosperidade, exportando os seus produtos para quase todos os continentes, ganhando muito dinheiro, mesmo nesse período, segundo a revista "Brasil Industrial" apenas 27% dos fusos foram modernizados, e adquiridos os poucos teares automáticos (7% sobre o total existente). Os industriais preferiram transferir seus capitais para outros ramos, deixando a indústria têxtil com seu maquinário obsoleto. Hoje, esse setor industrial se encontra em serias dificuldades. Perdeu o mercado conquistado durante a guerra, e sofre as consequências da retração do mercado nacional, onde o poder aquisitivo da população diminui sensivelmente. O Governo lhe restringiu o crédito, impediu a exportação de tecidos para os grandes mercados socialistas e dificultou a importação de máquinas modernas. Nestas circunstâncias, os industriais têxteis tentam lançar o peso das suas dificuldades sobre os ombros dos trabalhadores. Estes, entretanto, embora decididos a lutar em defesa da indústria nacional, se recusam a

carregar nas costas as consequências da chamada "crise" da indústria têxtil.

POSIÇÃO DOS TRABALHADORES

O I Congresso Nacional dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem tem como objetivo fixar posição sobre os atuais problemas com que se defrontam os trabalhadores têxteis e a indústria nacional. Na convenção do Distrito Federal os trabalhadores caroccos resolveram aprovar as seguintes recomendações para serem discutidas no I Congresso: 1) modificação da política econômica do Governo como forma de intensificar a produção têxtil; 2) lutar para que o Governo monte nos principais pontos da produção algodoeira indústrias de desenvolvimento de algodão, a fim de combater a ação nefasta dos chamados "maquinários", que favorecem os grupos econômicos internacionais; 3) reforma da legislação 113 da SUMOC, na parte em que se exige da indústria nacional cobertura cambial para adquirir peças e acessórios para a indústria brasileira; 4) lutar para que o Congresso Nacional vote leis modificando a atual estrutura agrária do país, preservando o pequeno produtor, o camponês sem terra, e todos os que trabalham a relevo; 5) exigir do Governo facilidade de crédito para o comércio de

tecidos no interior do país; 6) solicitar do Congresso Nacional e demais poderes da República medidas energéticas de combate ao contrabando de tecidos no Brasil; 7) lutar para que os poderes da República e as camadas e classes sociais do Brasil, interessadas no desenvolvimento econômico e industrial de nossa pátria, unam seus esforços para que sejam estabelecidas relações do Brasil com todos os países do mundo.

Além de discutir sobre a situação da indústria têxtil nacional, o I Congresso se ocupará, particularmente, do debate de assuntos relacionados com as condições de vida e trabalho dos operários da referida indústria entre os quais: salário e custo de vida; contratos de trabalho; automatização; aviso prévio; férias e estabilidade; fiscalização no local de trabalho e situação da mulher e do menor; Lei Orgânica da Previdência Social e direito de greve; imposto de renda sobre o salário; organização sindical no local de trabalho; solidariedade, liberdade e autonomia sindical.

Em torno desses problemas os trabalhadores têxteis de todo o Brasil discutirão e aprovarão, pela primeira vez em sua história, um programa comum de reivindicações, pelo qual passarão a lutar em todo o território nacional.

OPERÁRIOS BRASILEIROS PODEM FABRICAR AVIÕES

A Fokker Indústria Aeronáutica S.A. depois de ter explorado os recursos que lhe eram fornecidos pelo governo desde 1953, decidiu solicitar concordata para pagamento de seus débitos na base de 60%, e em quatro prestações de 15% durante quatro anos.

Na dia 29 do mês passado, o diretor financeiro da empresa holandesa entregou aos 780 empregados envelopes contendo o salário correspondente a esse mês e um aviso que a partir dessa data estavam todos dispensados. No seu pedido de concordata, declarou a Fokker que foi levada a isso devido a situação financeira por que atravessa o país, alegando que seu contrato com o governo do Brasil se tornou oneroso, pois havia atraso no pagamento das aeronaves.

Todas essas alegações foram completamente desmentidas, com dados e documentos, não somente pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos como também pela Comissão dos empregados da própria Fokker. Ficou provado que o Ministério da Aeronáutica pagou tudo em dia, e que a empresa tem um acúmulo de US\$ 4.675.811,50 de multas que lhe foram aplicadas pela falta de cumprimento do contrato. Além disso a Fokker desde outubro de 1953 não pagou suas cotas ao IATF.

O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, onde se reunem os empregados da Fokker, tem orientado os encaminhamentos com os Ministérios do Trabalho e da Aeronáutica nos sentido de ser anulada a fábrica de aviação da Gália, com todos os trabalhadores e técnicos brasileiros, que estão empregados para dirigir a fabricação dos aviões. Nos seus embargos, também vem tramitando estes os empregados, que esperam uma solução coletiva da questão, preocupando-se que não seja fechada a fábrica de aviação.

Os portuários de Santos voltaram ao trabalho, após a realização de uma greve vistosa que durou 44 dias. Os grevistas reclamaram o pagamento dos benefícios a

AINDA O 9.070

ROBERTO MORENA

Dose rodoviários estão sendo processado por ter tomado parte na última greve. Os processos foram forçados pela polícia política, baseados no famigerado decreto-lei 9.070. E correm pela 2ª e 24ª Varas Criminais.

Quando terminou a greve dos trabalhadores dos ônibus, com o acordo assinado no dia 20 de maio último, ficou estabelecido na cláusula 6.: "Nenhuma punição será aplicada pelas empresas aos seus empregados que se abstiveram do trabalho". Mas esta cláusula está, na verdade, sendo desrespeitada pela polícia política.

Este é um fato grave, atentatório à liberdade democrática e sindical. Demonstra a insolência do grupo reacionário do governo, dos que querem esmagar e asfixiar o povo e os trabalhadores em suas lutas por suas reivindicações e direitos.

Durante a greve, o chefe do DOPS, Coronel Danilo, o mesmo que queria impedir que homens de ciência da URSS pudessem visitar a cidade, organizou um dispositivo de repressão, impedindo a livre locomoção dos dirigentes do Sindicato e de outras entidades sindicais que iam prestar sua solidariedade.

Tudo o peso desse custoso aparelho foi pôto contra os trabalhadores. Assim protegem os exploradores do povo. Contra esses, nada. Contra os gangsters internacionais que roubam o suor dos brasileiros, também nada. Mas contra os brasileiros que lutam pela grandeza de nosso país, castigos e prisões e, ainda por cima, processo.

É necessário um amplo movimento de solidariedade aos grevistas processados pelo decreto-lei 9.070. É preciso impedir que esse processo avance.

Todas as entidades sindicais estão no dever de protestar contra essa violência. Cabe também reclamar do Senado Federal que termine de vez com a regulamentação do artigo 158 da Constituição, pois suas proteções significam conivência com as medidas repressivas e violentas da polícia política.

As Confederações de trabalhadores estão na obrigação de incentivar e dirigir essa campanha. Convém recordar que elas estão filiadas à CIOSL. E este organismo sindical internacional, que está ligado aos sindicatos norte-americanos e ingleses, no seu manifesto de 1.º de Maio declarou: "Nenhuma país pode se considerar inteiramente democrático se nega a plena liberdade sindical".

Desbaratar os planos da polícia política, que tenta pôr em vigor em toda sua plenitude o 9.070, procurando impedir que os trabalhadores lutem por seus direitos e se unifiquem.

Derrotar os planos de fome, planos 0 ou 02, como se intitulam, tudo de acordo com as instruções da FBI Unidos e mobilizados devemos manter e ampliar as liberdades democráticas e sindicais, para que possamos defender as nossas reivindicações e direitos.



VITORIOSOS OS PORTUÁRIOS DE SANTOS

Os portuários de Santos voltaram ao trabalho, após a realização de uma greve vistosa que durou 44 dias. Os grevistas reclamaram o pagamento dos benefícios a

que passaram a lutar desde maio de 1958, quando foram considerados miseráveis pela Comissão de Embargamento Sindical do Movimento do Trabalho. A Comissão Docas de Santos, quando se a atender aos trabalhadores, impediu o pagamento de seguridade contra a falta de pagamento de Embargamento Sindical, Parecia então de um impasse, quando a Federação Nacional dos Metalúrgicos, e Fort. Indústrial de Santos, e o Fato de ter sido o presidente de São Paulo, nos demonstrar de pontos e distâncias, que no dia 4 de maio, os portuários de Santos, em sua assembleia no sede do Sindicato, resolveu voltar ao trabalho.

DEPOIS DE 8 DIAS DE GREVE

ATENDIDAS AS REIVINDICAÇÕES DOS OPERÁRIOS NAVAIS

Os operários navais do Lóide e da Costeira, cerca de 5 mil, após a realização de uma greve geral que durou 8 dias, voltaram ao trabalho às 12 horas do dia 9 do corrente, quando foi firmado um acordo entre a Federação Nacional dos Marítimos e a Comissão de Marinha Mercante, segundo o qual ficou decidido: 1) Promoção para a referência 23 dos atuais servidores de referência 19, indistintamente; 2) extensão da Semana Inglesa aos guindasteiros das Docas; 3) conclusão dos estudos e aplicação do plano apresentado pelo Sindicato dos Operários Navais até o dia 8 de julho; 4) participação obrigatória de dois representantes do sindicato na discussão de todos os itens do plano acima referido; 5) pagamento integral dos dias de paralisação e nenhuma punição para os grevistas. Na foto, aspecto de uma concentração dos grevistas, no local do trabalho.

FERROVIARIOS VAO AO CATETE

Os ferroviários do Central do Brasil programaram uma concentração amanhã em frente ao Palácio do Catete, dia 16, às 17 horas, quando entregaram ao Presidente da República um memorial solicitando: a) cálculo do abono provisório de 30% sobre o salário mínimo em vigor na sede da RFF; inclusão de todos os ferroviários no Plano de Classificação, ora em discussão no Senado. A fim de tomar as medidas destinadas ao preparo da concentração, o União dos Ferroviários do Brasil convocou uma assembleia para sexta-feira, dia 12, a realizar-se em sua sede, na rua São João, Pompeu, 25.



O jovem tecelão Miguel Martins, assassinado covardemente na Fábrica Confiança quando participava da grande greve por aumento de salários, realizada em 1918.

Declaração Conjunta De Ferroviários Do Brasil e Da União Soviética

Por ocasião da visita de líderes ferroviários brasileiros à União Soviética, foi assinada a seguinte declaração conjunta da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários do Brasil e do Sindicato dos Operários do Transporte Ferroviário da URSS:

De 25 de abril a 16 de maio de 1959 visitou a União Soviética uma delegação da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários do Brasil formada pelo presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários do Brasil, Rafael Martinelli, o presidente

do Sindicato dos Trabalhadores em Empresa Ferroviária do Rio de Janeiro, Alvaro David, e o membro da Comissão de Promoções do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro, José Diaz Caldeira.

A delegação conheceu Moscou, Leningrado, Kiev,

Tbilise, Sochi, visitou uma série de empresas da transporte ferroviário, tomou conhecimento das condições de trabalho e de vida dos ferroviários soviéticos. Mantendo numerosos contatos amistosos com os ferroviários e ativistas sindicais.

A delegação considera seu dever salientar o alto nível técnico da transporte ferroviário da URSS, o bom pagamento, dos serviços médicos e da segurança no trabalho, as magníficas condições para tratamento e descanso dos trabalhadores e o alto nível de vida e cultura da povo soviético, seu inquebrantável desejo de paz.

Durante a troca de opiniões entre as delegações de representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários do Brasil e do Comitê Central do Sindicato dos Operários do Transporte Ferroviário da URSS, constatou-se a unidade de pontos-de-vista quanto aos problemas das relações entre os sindicatos.

Orientando-se pelos princípios do internacionalismo proletário e da solidariedade internacional dos trabalhadores, ambas as organizações assinalam com satisfação o estabelecimento de contatos entre os ferroviários do Brasil e da União Soviética e afirmam sua intenção de continuar desenvolvendo suas relações amistosas.

Com este objetivo, as duas organizações concordam em permitir publicações e artigos sobre questões do trabalho sindical.

Ao atribuir especial significação aos contatos pessoais como a forma mais efetiva de conhecer as condições de vida e trabalho dos ferroviários do Brasil e da União Soviética, as duas delegações, na medida do possível, contribuirão para a permuta de delegações de trabalhadores ferroviários, assim como das respectivas sindicatos.

Ambas as organizações consideram que a paz entre os povos e condição indispensável para o bem-estar dos trabalhadores. Por isso apoiarão ativamente as medidas destinadas a eliminar as ameaças de uma nova guerra mundial e a cessar os esforços para o advento de um novo conflito internacional, objetivando a garantia da paz e da colaboração pacífica entre os povos.

Lutarão também pela proibição incondicional das experiências com armas atômicas e de hidrogênio, pela solução pacífica dos problemas internacionais pendentes, inclusive pela conclusão de um Tratado de Paz com a Alemanha e a liquidação do regime de ocupação em Berlim.

Considerando a unidade dos trabalhadores e indispensável para a defesa



Rafael Martinelli, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários.

DRAMA DO AMAZONAS

Tem razão o governador do Amazonas, sr. Gilberto Mestrinho, quando advoga a imediata abolição do monopólio estatal da borracha, em defesa dos interesses do seu Estado? Não há dúvida de que ao reclamar melhores preços para a borracha amazônica, o governador Mestrinho atende aos interesses da economia do Amazonas e de toda a região. Todavia, é bastante duvidoso — e mesmo ilusório — supor que o caminho para atingir aquele objetivo seja o da abolição do monopólio estatal. Vejamos porque.

AS RAZÕES DO GOVERNADOR

Na mensagem que enviou, em março último, à Assembléia Legislativa do Estado, o sr. Gilberto Mestrinho dedica longo capítulo ao problema da borracha do Amazonas, reproduzindo a íntegra da exposição que remeteu ao presidente da República sobre o assunto. Depois de considerações gerais sobre o descaso do Poder central pelos problemas do extremo-norte do país, acentua

Maior produção e menor capacidade de compra — Críticas ao Banco de Crédito da Amazônia — Monopólio estatal da borracha, barreira aos trustes — Melhores preços, sim, mas com o monopólio

JOSÉ A. DE ALMEIDA

o sr. Mestrinho a importância da borracha para a economia amazônica, da qual constitui um dos pilares. Diz, textualmente, a certa altura, o governador: «Se Vossa Excelência, no entanto, analisar o tratamento que o Governo federal vem dando à borracha brasileira, sentirá, como nós sentimos, que a política gomífera da União está matando o Amazonas e o sentimento do país».

Em seguida, afirma o governador que, no ano em curso, para uma produção nacional estimada em 27 mil toneladas de borracha em bruto, a participação do Amazonas será da ordem de 7 mil toneladas. Recorda, ainda, o sr. Mestrinho, que essa produção, dado o elevado consumo já atingido pelo país, obrigará a importação de outras 22 mil toneladas.

PREÇOS BAIXOS

O fato de que uma elevação dos preços pagos pelo Banco de Crédito da Amazônia aos seringalistas em pouco ou nada beneficia os seringalistas — os trabalhadores — que continuam subjugados por relações de produção semifeudais, não invalida o protesto do governador Mestrinho contra os preços atualmente pagos. Efetivamente, argumenta o governador, o Banco da Amazônia — agente do monopólio estatal das operações finais de compra e venda — vem vendendo às indústrias, no porto de Manaus, por Cr\$ 126,50 o quilo de borracha fina. Entretanto, de acordo com dispositivos da Lei de Tarifas, que estabelece uma relação de preços entre o produto nacional e o congêneres importado, o Banco deveria pagar Cr\$ 215,60 por quilo de borracha. Assim, segundo o governador, o prejuízo é de Cr\$ 89,10 por quilo. E, no que se refere ao seringueiro, como a cada 1.250 gramas de borracha crua correspondem 1.000 gramas do produto lavado, o prejuízo monta a Cr\$ 71,30 por quilo.

Além disso, prossegue o sr. Mestrinho, se se adicionar a alíquota de 30 por cento, a que a matéria-prima nacional tem direito, tal prejuízo seria ainda maior.

Partindo dessa premissa, então, o governador do Amazonas propugna a abolição do monopólio estatal. Em outras palavras: deseja que o Banco de Crédito da Amazônia restinja suas atividades à prestação de crédito, ficando livres, no mercado, as vendas do produto.

CRÍTICAS AO BANCO

O governador Mestrinho, com forte dose de razão, atribui à inflação o maior mal para a economia amazônica. Da um exemplo: no passado, para adquirir três quilos de café, o seringueiro precisava produzir apenas um quilo de

borracha; hoje, para adquirir a mesma quantidade de café, necessita produzir 3,5 quilos de borracha.

O segundo flagelo — este é o Banco. Assim se exprime o governador. E faz uma série de críticas ao estabelecimento, algumas delas justas e às quais não será difícil acrescentar outras, igualmente procedentes. Diz, por exemplo, o governador, que as tabelas de preços fixos do Banco, impedem que as cotações da borracha acompanhem a evolução do custo das utilidades e o valor cambial do produto importado. Outra crítica justa feita pelo governador refere-se às estocagens de borracha nos centros consumidores, que paralisa soma, vultosa, do capital do Banco. Neste particular, aliás, é fácil perceber que a manutenção de elevados estoques pelo Banco, no Rio ou em São Paulo, redundará, além do mais, em escandalosos favores às quatro grandes fábricas americanas e à inglesa, que consomem mais de 80 por cento. Por que deve ser o Banco e não estas firmas quem arque com o ônus destes estoques? Nada o justifica, muito menos se se atentar para os lucros fabulosos que auferem os trustes da borracha (40 por cento, em média, em 1957).

Certamente, em relação com essa política de favores aos grupos estrangeiros — que nem por recábulo, mostram-se satisfeitos e querem mais — o Banco mantém uma aparelhagem burocrática excessiva, que pode e deve ser reduzida. Assim, o Banco deveria voltar-se primordialmente para o norte do país, reduzindo seu funcionamento no sul ao estritamente necessário. A diminuição do aparelhamento burocrático não apenas daria mais mobilidade ao Banco, como liberaria recursos para o financiamento da produção.

REIVINDICAÇÃO EQUIVOCADA

Pode-se supor que as críticas antes mencionadas a

forma por que o Banco exerce o monopólio estatal justificam a extinção deste último? Será este o remédio reclamado pela combatida economia do Amazonas?

Antes do regime do monopólio estatal os seringalistas do Amazonas viam inteiramente à mercê das chamadas casas aviadoras, localizadas geralmente nas maiores cidades do extremo-norte. São os atravessadores, os intermediários e operam do seguinte modo: mandam os seus navios, ao longo do curso dos rios, onde se localizam os seringais, carregados de aviamentos: açúcar, café, farinha, espelto, chumbo, pólvora, etc. Fornecem estes gêneros e artigos aos seringalistas, financiando em espécie a produção de borracha. Extraída a goma, é dada em pagamento pelos «aviamentos», sendo os preços — tanto da borracha como dos fornecimentos — fixados pelas casas aviadoras a níveis extorsivos. Nessa operação, os «aviadores» ganham nos preços do açúcar, nos fretes, nos preços da borracha. A abolição do monopólio estatal seria, simplesmente, a volta desta estrutura econômica superada, em todo o Estado do Amazonas e na Amazônia, em geral. Que vantagem pode haver neste evidente retrocesso?

Mas, não se restringe a este aspecto negativo a medida preconizada pelo governador Mestrinho. Aliás, é significativo que o mesmo ponto-de-vista seja defendido pelos grandes comerciantes de Manaus. — entre eles, é claro, muitos «aviadores» — e, o que é mais importante, pelos grandes grupos monopolísticos da indústria pesada da borracha.

Bastaria, entretanto, um exame superficial para mostrar o quanto há de contraditório de um lado, na posição da Associação Comercial de Manaus, que sonha com a situação de antes da guerra — e do monopólio — quando especulava com os preços no mercado livre e, de outro lado, na posição dos trustes estrangeiros que querem abolir o monopólio para citar os preços de compra. Quem pode mais? Basta ver que os trustes, em número de cinco apenas, consomem 15 a 18 mil toneladas da produção nacional e ainda têm as mãos livres para importar borracha dos seus seringais no exterior. Seu poder de barganha é muito maior que o dos comerciantes amazônicos e aqui é fácil ver qual o pole de ferro e qual o de barro.

Dispensamo-nos de entrar na consideração de outros argumentos não menos importantes — como os inte-

resses da economia nacional, os aspectos relacionados com a segurança do país, dado o caráter estratégico do produto, etc. — todos militando em favor do monopólio estatal.

Desse modo, uma política de defesa de melhores

preços para a borracha nacional, longe de reclamar a abolição do monopólio estatal das operações finais de compra e venda, exige sua manutenção. Neste caso, o liberalismo é para os trustes como a sopa no mel.

PIAUI

Não Concorda Em Ficar Fora Do OPENO

O Estado do Piauí no Quadro da Operação Nordeste, foi o tema de uma reunião realizada em Teresina, durante a qual pronunciaram e o Teresina, abordando os problemas do Estado, o governador Chagas Rodrigues e o coronel Pericles Azevedo, comandante da unidade militar local. Além das mencionadas autoridades, compareceram ao ato os presidentes dos Tribunais de Justiça e Eleitoral do Estado, autoridades eclesiásticas, civis e militares, médicos, engenheiros, advogados, professores e grande número de populares.

Ilustrando sua conferência com vários mapas e quadros demonstrativos, o coronel Azevedo, o primeiro a usar a palavra, analisou a situação de atraso em que se acha o Estado, notadamente no que se refere à produção agrícola e pecuária — já que a indústria é praticamente inexistente. Destacou o peso negativo que representa o latifúndio, como obstáculo à modernização da lavoura e ao progresso geral, encarecendo, ainda, a necessidade da reforma agrária, preconizada, inclusive, pelo clero. Enunciou a relevância que assume para a economia piauiense problemas como um cultivo racional da terra, o replantio da cana-de-açúcar, do babaçu, mas que para isso, impõem-se que o homem mude de mentalidade.

Concluindo, declarou que reuniões públicas como aquela deveriam ser mais frequentes e realizadas, ativamente em praça pública, para que todo o povo possa viver a importância das questões suscitadas e participar na sua solução.

PIAUI: FORA DO OPENO

Em seguida, declarou o coronel Pericles Azevedo que a população do Piauí mantinha justo descontentamento em face da exclusão virtual do Estado dos debates em torno dos vários itens da Operação Nordeste, que lhe dizem respeito muito de perto.

Mais adiante, deteve-se o conferencista nos problemas dos transportes e comunicações, portos, rodovias e ferrovias, manifestando a opinião de que, no momento, a atenção dos poderes públicos deveria concentrar-se na construção de estradas de rodagem, problema para o qual, como para os demais, pedia especial atenção do governador do Estado.

Concluindo, declarou que reuniões públicas como aquela deveriam ser mais frequentes e realizadas, ativamente em praça pública, para que todo o povo possa viver a importância das questões suscitadas e participar na sua solução.

CHAGAS RODRIGUES: COM A R A

Encerrando a reunião, o governador Chagas Rodrigues usou da palavra, manifestando, inicialmente, o apoio do governo do Estado à reforma agrária e a qualquer empreendimento que redundasse em benefício do progresso do Piauí. Destacou considerar urgente e necessário o acionamento da construção de ferrovias e obras portuárias. Em seguida, situou o problema do desenvolvimento econômico do Piauí no quadro geral do Nordeste e do país, estabelecendo uma relação entre as diferentes regiões consideradas.

INDUSTRIALIZAÇÃO

Abordando a industrialização do Estado, o governador Chagas Rodrigues expôs as dificuldades que neste terreno enfrenta o governo estadual, anunciando, porém, que já estava deliberada a instalação de uma usina-piloto para industrialização integral do babaçu, em Parnaíba. Destacou a necessidade do funcionamento da fábrica de fiação e tecelagem de Teresina, há anos fechada, bem como da usina de açúcar de Santana. Se para isto for necessária a intervenção pelo Estado — disse — a medida será tomada.

Concluindo, concordou com a ideia apresentada pelo conferencista anterior no sentido de que o debate desses problemas seja levado à praça pública.

A reunião alcançou grande repercussão, sobretudo nos círculos oficiais e entre a intelectualidade de Teresina, apesar do fato, estranho, sem dúvida, de a imprensa local haver silenciado sobre o acontecimento. (Do Correspondente em Teresina).



Métodos primitivos de exploração dos seringais e do próprio beneficiamento da goma elástica são fatores essenciais para explicar a baixa produtividade da economia da borracha em quase toda a Amazônia. No clichê, vemos uma fase do trabalho com a borracha no extremo norte do país: aspecto da defumação.

EM MARILIA: PROJETO DE "REFORMA AGRÁRIA" MUNICIPAL

MARILIA (Do Correspondente) — O vereador Bernardo Severiano Silva apresentou à Câmara Municipal um projeto de lei, denominado Plano de Expansão Agrícola, que prevê a distribuição de terras, em usufruto, a lavradores sem terra. Seria uma reforma agrária no âmbito municipal.

O projeto prevê a compra, pela Prefeitura, de áreas de terras cultiváveis, para a agricultura intensiva de produtos básicos a alimentação, não sendo permitida a cultura do café. Essas terras seriam, cedidas em usufruto, até o limite de 10 alqueires paulistas, a pessoas com prática ou habilitação para o trabalho agrícola. O usufruto será pelo prazo de cinco anos, prorrogáveis, e o usufrutuário será obrigado a usar direta e pessoalmente o imóvel. Será cobrada pela Prefeitura uma taxa anual de 10% sobre o valor venal das terras. Aos herdeiros do usufrutuário cabe o direito da preferência na renovação do contrato.

O projeto de lei determina também as condições para extinção do usufruto, como mudança de profissão, abandono voluntário da terra, improdutividade da gleba devido à negligência do usufrutuário, fim diverso do estabelecido. É prevista a criação do Fundo Agrário Municipal, que contará com os recursos oriundos de um adicional de 10% sobre todos os impostos. E uma Diretoria de Agricultura Municipal se encarregará da execução da lei.

JUSTIFICAÇÃO

Na exposição de motivos que acompanha o projeto, o vereador Bernardo Severiano Silva salienta o seguinte:

— Cerca de 20.000 lavradores de Marília não possuem terras e trabalham em terras de terceiros na qualidade de arrendatários, meeiros, parceiros, pagando o arrendamento em dinheiro ou trabalho.

— O preço cobrado pelo arrendamento é, em geral, excessivamente alto, chegando por vezes a representar valor superior a 50% do valor da produção anual obtida pelo arrendatário ou meeiro.

— O alto preço pago pelo arrendamento onera de maneira considerável o preço do custo da produção rural, contribuindo assim para a elevação do preço de todos os produtos rurais.

— Em consequência dessa situação, os lavradores sem terra mal ganham o indispensável para o sustento próprio e da família, não podendo adquirir melhores instrumentos, melhores sementes, adubos, inseticidas, ficando assim impedidos de qualquer progresso técnico. Além disso, não podem adquirir cadeados, roupas e produtos industriais em geral.

— Tudo isso, ligado à transformação progressiva de vasta zona rural agrícola em pastagens, contribui para o êxodo rural, acarretando, de um lado, diminuição da produção rural e, de outro lado, crescente oferta de mão-de-obra nas cidades, onde se avolumam os difíceis problemas das favelas.

— Não existe uma Lei Agrária Federal, que possibilite ao município participar ativamente na distribuição de terras dentro da sua jurisdição.



As seringueiras já foram o sustentáculo da economia do extremo norte. A falta de uma política adequada de aproveitamento dessa riqueza, ao lado da manutenção de métodos primitivos de exploração, e manutenção de relações semifeudais na atividade extrativa determinaram a situação crítica que hoje se apresenta.

A PALAVRA ÁTOMO DEVE SIGNIFICAR VIDA

III

As Cinzas Atômicas Contaminam Alimentos e Deformam o Homem

Desde o surgimento da vida sobre a terra, todos os seres vivos sofrem a ação contínua de um poderoso fator constituído pelas radiações penetrantes. Sua ação acompanhou o surgimento de todas as espécies vegetais e animais, sua existência sobre a face da terra e seu desaparecimento devido à evolução. Não se exclui a possibilidade de que as radiações penetrantes constituam um dos fatores determinantes da evolução das espécies.

Apesar da ação das radiações existir há centenas de milhões de anos, a humanidade tomou conhecimento de sua existência e de suas propriedades há relativamente pouco tempo — pouco mais de 60 anos. Em 1895 Roentgen descobriu os raios penetrantes que receberam seu nome e em 1896 Becquerel iniciou a série de descobertas no setor da radioatividade: de integração dos núcleos atômicos, acompanhada da emissão de três tipos de raios penetrantes que são os raios Alfa, Beta e Gama.

Quase simultaneamente com a descoberta de Roentgen surgiu um novo setor da medicina — o radiodiagnóstico. A quantidade de exames de Raios-X aumentou e logo depois das descobertas de Roentgen e Becquerel, verificou-se que as radiações penetrantes eram capazes de um alto grau de atividade biológica. Essa nova descoberta levou ao surgimento da roentgenoterapia e da radiobiologia. As radiações penetrantes passaram a ser aplicadas também no setor técnico.

AS PRIMEIRAS VÍTIMAS

A medida que se desenvolveu o roentgen diagnóstico,

a roentgenoterapia e se ampliou a utilização dos raios X e dos elementos radioativos na indústria, começaram a surgir as vítimas entre os médicos, os pacientes e os trabalhadores que se expunham às radiações. Surgiram então as queimaduras, as cecatas, as dermatites, as leucemias e os cânceres provocados pela ação das radiações. Muito freqüentemente estas moléstias assumiam um caráter grave e tinham desenlace fatal. Estas primeiras vítimas pagaram com sua vida pelo desconhecimento das leis de ação mesmo das menores doses de radiações penetrantes.

Examinemos agora algumas correlações quantitativas. A ação da radiação é caracterizada por uma grandeza que recebe o nome de dose; essa dose é medida em unidades que têm o nome de "roentgens". A dose de um roentgen corresponde à absorção de 93 ergs de energia da radiação por uma grama de tecido. Isto é, cerca de dois milionésimos da pequena caloria por grama de tecido.

Quando todo o corpo humano sofre a ação da radiação numa dose de 400 a 500 roentgens, observa-se o surgimento da doença característica provocada pelas radiações, seguida da morte. Isto significa que uma pessoa que pese 70 kilos, morre se lhe comunicamos uma energia de cerca de 70 pequenas calorias. Para matar um homem é suficiente um gasto de energia muito menor que o necessário para fazer ferver uma colher de chá de água fria; isto naturalmente quando o homem é submetido à ação de energia proveniente das radiações penetrantes.

PROF. K. ANGLITSEV Doutor em Ciências Físicas da URSS

medidas a um controle médico constante. Considera-se atualmente que não se processam alterações perigosas na saúde dessas pessoas quando a dose semanal por elas recebida não ultrapassa 0,3 roentgens. O controle médico permite por sua vez fazer ideia da reação do organismo a ação das radiações, possibilitando o afastamento temporário ou definitivo da vítima da esfera de influência destas radiações. Infelizmente, nenhum controle médico pode garantir a ausência de consequências remotas que podem vir a manifestar-se anos mais tarde. Fazem parte destas consequências resultados de alterações genéticas e somáticas.

MOLESTIAS GRAVES

As doenças genéticas manifestam-se nos descendentes de pais que sofreram a ação das radiações, constituindo um fator hereditário no surgimento de monstros, de bebês mentais, etc. As consequências somáticas consistem no desenvolvimento de moléstias graves, tais como a leucemia e o sarcoma, que produzem as consequências de pesadíssimas doses de radiação. A probabilidade de consequências genéticas e somáticas remotas é proporcional à dose. Por isso mesmo quando se trata de pequenas doses, o número dessas vítimas será menor que a verificado em consequência de grandes doses. Devemos notar porém que, por menores que sejam as doses, o número de vítimas nunca será igual a zero. É a diminuição da taxa de vítimas e o maior número mesmo quando se trata de pequenas doses de radiação.

AS TRÊS FONTES MORTAIS

O fundo natural de radiações penetrantes já foi mui-

to estudado. Ele é constituído de várias partes, dentre as quais destacam-se, em primeiro lugar, os raios Gama, emitidos por elementos radioativos existentes no solo, na água e no ar. Outra fonte do fundo natural são as partículas de raios Alfa, emitidas pelos gases radioativos existentes no ar. Uma parte apreciável do fundo natural é constituída pelos raios cósmicos. A última fonte deste fundo está nas radiações dos elementos radioativos existentes no corpo humano: o rádio, o potássio e o carbono. O rádio concentra-se geralmente nos ossos, enquanto o potássio e o carbono radioativos concentram-se nos tecidos moles e no sangue.

O fundo natural cria, em média, uma dose de cerca de 93 roentgens por ano. Uma pessoa que pese 70 kg, receberá, por conta do fundo natural, uma quantidade de energia insignificante que corresponde a sete milésimos de uma pequena caloria; mas a atividade biológica das radiações penetrantes é tão grande que mesmo estas pequenas quantidades de energia não podem ser menosprezadas.

Até 1955 a humanidade viveu dentro das condições criadas pelo fundo natural apenas, condições essas que praticamente não se alteravam durante milhões de anos. Agora, cresce continuamente o número de aparelhos que são fontes de radiações penetrantes. Os reatores atômicos possibilitam a obtenção de quantidades apreciáveis de isótopos radioativos artificiais. A reação nuclear em cadeia, realizada nos reatores nucleares e nas bombas atômicas, é acompanhada da formação de enormes quantidades de partículas radioativas, provenientes da divisão. Dessa forma, a atividade humana conduz a um contínuo, muito apreciável e rápido aumento da irradiação exercida sobre todos os seres vivos existentes sobre a terra.

UM APELO DA ONU

Nos países tecnologicamente desenvolvidos, com ampla rede de instalações para diagnóstico por meio de raios X, a dose média proveniente destes é aproximadamente igual à dose de fundo natural. O Comitê Científico da Organização das Nações Unidas que se ocupa da ação das radiações atômicas e a Comissão Internacional de Defesa Radiológica dirigiram um apelo aos médicos de todo o mundo no sentido de diminuir, na medida do possível, a irradiação que incide sobre os pacientes durante os processos de diagnóstico por meio dos raios X.

As fontes de raios X e o aparelho com isótopos radioativos usados na medicina, na indústria e na agricultura, nas pesquisas científicas e nos reatores das centrais elétricas atômicas foram criados para o bem do homem. Ele são constituídos de tal forma e seu regime de trabalho é tal que sua ação pode ser controlada e caso se faça necessário, eliminada ou inteiramente eliminada. Assim, por exemplo, é indubitavelmente nociva ao organismo a ação das radiações da bomba de cobalto, os médicos recorrem a este tratamento, mesmo correndo o risco de surgir, em forma leve, a moléstia peculiar provocada pelas radiações quando essa terapia dá certas possibilidades de

salvar o doente de câncer da morte inevitável.

O PRODUTO DAS EXPLOSÕES

Além das duas fontes de radiação que examinamos acima — a do fundo natural, velho como o mundo, e a das instalações criadas pelo homem — existe ainda uma outra, incontável, que não pode ser afastada e que aumenta continuamente. Esta fonte é constituída pelos produtos das explosões nucleares. Sabemos que todas as experiências com bombas atômicas são acompanhadas da formação de enormes quantidades de substâncias radioativas.

A explosão de uma bomba atômica ou de hidrogênio tem efeitos mortíferos não apenas na zona de sua ação imediata. A nuvem radioativa que se origina no momento da explosão semeia a morte numa superfície de dezenas de milhares de quilômetros quadrados. Todos se lembram da tragédia do barco de pesca japonês

O fato de uma parte apreciável de partículas radioativas, formadas no momento da explosão, subir até a estratosfera, constitui um perigo muito grande para a população do globo terrestre. Na estratosfera as substâncias radioativas distribuem-se rapidamente ao longo da latitude dada e, com relativa lentidão, se espalham acompanhando o meridiano. A velocidade da precipitação não é grande: em 5 a 10 anos, volta à terra cerca da metade da quantidade de partículas que alcançaram a estratosfera. Este processo é semelhante ao da precipitação das poeiras vulcânicas expelidas pelo vulcão Krakatoa em 1883. É amplamente conhecido o fato destas poeiras haverem voltado à superfície da terra alguns anos depois.

TENDE A CRESCER O PERIGO

São particularmente perigosos dois isótopos radioativos: o estrôncio 90 e o cério 137. Os períodos de desintegração parcial destes isótopos são relativamente grandes: cerca de 30 anos e, por isso mesmo, eles pouco se desintegraram ainda desde o momento das primeiras explosões nucleares. O cério 137 e o estrôncio 90 precipitam-se continuamente da estratosfera sobre a superfície da terra; sua quantidade no solo aumenta rapidamente. Mesmo se as experiências com armas atômicas forem imediatamente suspensas, o aumento da quantidade de estrôncio e cério na superfície da terra continuará, durante um certo tempo, por conta das reservas estratosféricas. A continuação das experiências conduzirá ao aumento destas reservas de substâncias radioativas na estratosfera.

O cério 137 e o estrôncio 90 surgiram na Terra apenas depois da concretização da reação em cadeia. Eles constituem um novo fator pertencente à natureza e um perigo também novo e desconhecido para todos os seres vivos.

O estrôncio 90 e o cério 137 participam de processos metabólicos complexos. Caindo, com as chuvas ou a neve, sobre a superfície da terra eles são assimilados pelas plantas, tornando-se sua parte constitutiva junto com outros importantes elementos químicos: tais como o potássio e o cálcio. O cério cir-



Wilhelm Konrad Röntgen

cula junto com o potássio e o estrôncio com o cálcio. Os animais que se alimentam de plantas ingerem necessariamente o cério 137 e o estrôncio 90. Estes isótopos penetram depois no organismo humano com os vegetais, cereais, verduras e frutas, com o leite e a carne já contaminados por estes isótopos.

As pesquisas relativas à presença e à dinâmica do cério 137 e do estrôncio 90 são realizadas por um grande número de cientistas. Em muitos países do mundo é cuidadosamente medida a quantidade destes isótopos em diferentes tipos de solo, na água dos rios, mares e oceanos, no ar, em diferentes plantas e nos mais diversos produtos, tais como: cereais, verduras, frutas, carne, leite, algas, etc. Foi verificada também a quantidade destes isótopos nos cadáveres de pessoas falecidas em locais diferentes.

UMA ÚNICA SOLUÇÃO

Os resultados destas pesquisas nos dão o quadro da gravidade do perigo que ameaça a saúde e a vida de muitas gerações. A quantidade de cério 137 e de estrôncio 90 aumenta rapidamente no mundo que nos cerca. O acúmulo destes isótopos é mais intenso nas zo-

nas populações das latitudes moderadas do hemisfério norte. Tem um caráter particularmente trágico o aumento da quantidade de estrôncio nos ossos das crianças. As crianças nascidas nos últimos três ou quatro anos têm uma taxa de estrôncio 90 em seus ossos bem maior que a das nascidas anteriormente, pois nascem de mães contaminadas pelo estrôncio.

Serão semelhantes a estas as consequências das explosões da famosa bomba termonuclear "limpa". É verdade que ela não produzirá grandes quantidades de cério 137 e de estrôncio 90 mas, em seu lugar, originar-se-ão enormes quantidades de outros isótopos radioativos e, particularmente, de hidrogênio radioativo (trítio) e de carbono 14 radioativo.

Desta forma, a continuação das experiências com bombas atômicas e de hidrogênio conduz a um rápido aumento da quantidade de substâncias radioativas sobre a face da terra. A humanidade passa a sofrer assim a ação de uma dose complementar de radiações penetrantes, o que acarreta o surgimento de dezenas ou centenas de milhares de casos de moléstias graves ou de defeitos hereditários. Os interesses de nossa geração e das gerações futuras exigem a imediata suspensão das experiências com armas atômicas e de hidrogênio.

Em liberdade Walter Fisch



Walter Fisch, dirigente do Partido Comunista da Alemanha Ocidental e antigo deputado ao Bundstag, foi posto em liberdade provisória, depois de 18 meses de prisão pelas autoridades do governo de Adenauer. Fisch fora condenado à pena de três anos e meio de prisão por ter participado da elaboração do programa do Partido Comunista referente à reunificação nacional, programa publicado em 1952, isto é, quatro anos antes da proibição do funcionamento do PC na Alemanha Ocidental.

O encarceramento de Walter Fisch tinha provocado numerosos protestos na Alemanha e no estrangeiro. Recentemente, numerosas personalidades da Alemanha Ocidental escreveram ao Presidente Theodor Heuss para reclamar a imediata libertação de Fisch. Entre os signatários dessa carta encontravam-se os escritores Paul Distelbarth e Alberto Goes.

Walter Fisch está seriamente enfermo, devido aos maus tratamentos que já sofrera sob o regime nazista, na luta contra o hitlerismo, sofrendo então a ablação de um rim.

Sua libertação foi motivo de regozijo para os comunistas e todos os homens progressistas da Alemanha e quantos conhecem seu passado de revolucionário em outros países.

"Que Os Gerais Silenciem!"

A 30 e 31 de maio realizou-se um Pleno do Comitê Central do Partido Comunista da Dinamarca. O Presidente do Partido, Espersen, apresentou um informe sobre o papel e as tarefas do Partido nas comemorações do 40º aniversário de sua fundação, este ano. O Secretário do Partido, Paul Tomisen, fez o informe sobre a situação política e orgânica no partido depois da eleição divisionista.

Espersen destacou em seu informe que o Partido Comunista da Dinamarca foi e continua sendo a força decisiva, nas diversas situações, nas lutas da classe operária e do povo. Fracassou a ofensiva ideológica e orgânica contra o Partido Comunista da Dinamarca, a qual era apoiada pela imprensa burguesa. O Partido estabilizou-se tanto ideológica como organicamente.

A resolução aprovada pelo Pleno diz que os generais e os políticos reacionários utilizam suas ligações com o Tratado do Atlântico Norte e tentam no últimos tempos obrigar a Dinamarca a seguir uma política de guerra que acarreta graves perigos para o país. A este respeito, o Comitê Central do Partido declarou:

«É necessário impedir por todos os meios que sejam depositadas armas atômicas na Dinamarca. A construção de bases de foguetes foi o prólogo para impor as armas atômicas no país. É preciso deter a construção das bases de foguetes. A Dinamarca deve ingressar na zona desatomizada da Europa Central. O povo deve decidir sobre a orientação da política militar do país. Que o povo diga sua palavra, que silenciem os generais!»

MEDIDAS DE DEFESA

O exemplo acima demonstra como é importante o problema das defesas contra as radiações para as pessoas que com elas estão em contato. Trata-se, em primeiro lugar, dos médicos radiologistas e dos trabalhadores da indústria atômica que estão em contato com isótopos radioativos. Todas estas pessoas devem ser sub-



"A explosão de uma bomba atômica ou de hidrogênio tem efeitos mortíferos não apenas na zona de sua ação imediata. A nuvem radioativa que se origina no momento da explosão semeia a morte numa superfície de dezenas de milhares de quilômetros quadrados."

Kruschiov e Os Escritores Soviéticos

No recente III Congresso dos Escritores da União Soviética, o Primeiro Ministro Nikita Kruschiov pronunciou um discurso no qual tratou da literatura soviética, suas realizações, suas tendências, as perspectivas que se lhe abrem. Damos a seguir alguns trechos do discurso de Kruschiov aos escritores.

"Os escritores soviéticos têm criado muitas boas obras, que apresentam com veracidade um quadro da vida, que clamam à luta. Creio que concordarei comigo em que o próprio escritor que pensa ter escrito bem sua obra nem sempre está satisfeito. Todas as obras literárias e artísticas estão longe de merecer elogios do leitor. Li várias obras editadas nos últimos tempos, mas, infelizmente, em pequeno número. E não por falta de vontade e desejo de ler. Certamente leio não menos de que vós mas tenho que ler comunicações de embaixadores, notas de Ministros de Negócios Estrangeiros, leio as declarações do Presidente dos Estados Unidos ou o que disse o Primeiro Ministro deste ou daquele país. Leio muito mais esse gênero de literatura do que as vossas obras. Não porque, naturalmente, goste mais dessa literatura do que dos vossos livros, mas porque, na minha situação não posso deixar de lê-la. Se não leio algumas de vossas obras não censurarei por isso, pois não tomo conhecimento deste ou daquele documento poderia acarretar danos ao nosso país. Por isso é que tenho que ler muitos volumes de semelhante literatura".

OS "ENVERNIZADORES"

"Em alguns círculos literários — prosseguiu Kruschiov — vulgarizou-se nos últimos anos a palavra "envernizadores" (X). Assim tentam qualificar aqueles escritores que refletem a força vivificante do que é novo, do comunismo. Penso que não é necessário falar da coragem com que revelamos nossas insuficiências. Agora, que se passaram vários anos desde que submetemos a uma severa e impiedosa crítica os fenômenos negativos do passado, são poucos os que não compreenderiam a necessidade de uma crítica enérgica e implacável a tudo quanto se relaciona com o culto à personalidade".

"Mas — prosseguiu Kruschiov — nos meios literários

surgiram pessoas que queriam desacreditar os escritores que apresentam nossa vida partindo de posições comunistas. Isto é, do triunfo do que é novo, comunista. Não quero citar nomes aqui dos chamados "envernizadores", julgar sua obra. Não é necessário fazê-lo e, além disso, não sou crítico literário".

A FORÇA DO EXEMPLO

"Peço, camaradas, que me compreendais bem. Não quero absolutamente defender aqueles que em suas obras apresentam as coisas de tal forma que se afastam da própria vida. Tomai, por exemplo, certos livros em que a vida é mostrada de forma tão embelezada que não corresponde à realidade. Semelhantes obras, é provável que sejam úteis. Mas eu prefiro ficar ao lado daqueles escritores chamados, não sei por que, de "envernizadores", pois em suas obras eles apresentam fundamentalmente personagens positivos. Por acaso não serão boas e necessárias obras nas quais mostram de maneira verdadeira personagens positivos? Tais autores não aprovam tudo em seus personagens positivos; eles vêem os homens tais quais são na vida — na luta, no trabalho pela afirmação do novo. E isto é justo e acertado. É preciso educar os homens com bons exemplos, indicando o que de positivo na vida abre o caminho do futuro.

A força do exemplo, camaradas, é uma grande força.

Naturalmente, pode-se perguntar: E a sátira? Ela também, entre nós, jamais foi apolítica, é uma das mais afiadas armas. Ao ridicularizarmos estes ou aqueles defeitos, sobrevivências do passado ou erros, a sátira alerta os homens contra os males, ajuda-os a eliminar os erros.

SÓBRE DUDINTSEV

Kruschiov referiu-se em seguida aos "não envernizadores", os que consideram que o dever da literatura é mos-

trar os defeitos e erros, ignorando as grandes conquistas da sociedade soviética. E prosseguiu:

"Alguns escritores compreenderam a luta contra os erros como se fosse necessário atacar os chamados "envernizadores". Pensam que assim estariam ajudando o Partido, que denunciou os referidos erros. Mas, quais os personagens que apresentam, como representam nossa sociedade?"

Já tive oportunidade de falar sobre Dudintsev e seu discutido romance "Nem só de pão", que alguns dos nossos detratores no estrangeiro dizem talvez fosse a melhor obra já produzida pela literatura russa. Mas, passaram-se três anos. Quem hoje lê essa obra? Quem dela necessita? E no entanto, lá fora, apresentaram-na como uma obra-prima. Naturalmente, nem tudo ali está mal escrito. Eu a li, e devo dizer, com interesse. Contém algumas páginas que merecem atenção.

Anastás Mikolán, que leu esse romance antes de mim, disse-me: Lê; ex! Nem lá algumas passagens que são como se o autor tivesse ouvido de sua própria boca!".

Sim, Dudintsev observou com sagacidade alguns fenômenos negativos, mas os exagerou, generalizou-os intencionalmente. Eu já disse e agora repito que jamais considere Dudintsev nosso inimigo, ou inimigo do regime soviético.

E' verdade que nunca me encontrei com Dudintsev e pretendia conversar com ele, mas não tive tempo. Quando tencionava recebê-lo era necessário encontrar-me com um embaixador ou com uma delegação qualquer. E assim não tive oportunidade de conversar com ele.

Kruschiov acrescentou que suas observações se referiam não somente a Dudintsev mas também a outros escritores que só vêem o aspecto negativo das coisas. E concluiu esta parte de seu discurso:

"Na minha opinião, é necessário facilitar a esses camaradas a passagem de posições errôneas para posições justas, de princípio. Não devemos falar deles com palavras cáusticas, nem é necessário estar constantemente apontando com o dedo. Isto só trará benefícios à nossa causa comum.



O III Congresso dos Escritores Soviéticos, encerrado a 23 de maio, contou com a presença de vários membros do Partido Comunista e do governo da URSS. Numa recepção oferecida depois no Palácio do Kremlin nos participantes do Congresso — entre os quais havia numerosos escritores de outros países — pronunciou um discurso de saudação aos congressistas o Primeiro-Secretário do CC do PCUS e Primeiro-Ministro da URSS, Nikita Kruschiov. A foto (Tass) mostra Kruschiov falando aos escritores.

A História Do Ladrão Que Conversou Com Kruschiov

Kruschiov acrescentou que na sociedade socialista, uma sociedade sem classes antagonicas, onde toda a vida se estrutura nos princípios da camaradagem e da amizade, é necessário tratar as pessoas com urbanidade, crer no homem, ver nosse objetivo final: a luta pelo comunismo. É necessário educar e reeducar as pessoas. Lembrou, a respeito, o método de educação utilizado pelo grande revolucionário Félix Dzerjinsk, inclusive para com criminosos, e os bons frutos dados por esse método. E a propósito recordou um caso vivido por ele próprio, Kruschiov.

"Desejaria, camaradas, falar-vos sobre um fato, que na minha opinião é interessante. Há bem pouco, durante minha estada em Sóctchi, recebi uma carta de determinado cidadão, cujo nome não quero declinar, pois não é necessário. Deixemos passar algum tempo, e quando esse cidadão tiver se recuperado, então, é possível conhecer seu nome. Vou ler a carta que me dirigiu esse homem, antes condenado como ladrão. Eis a carta:

"Desde os 12 anos que pratico roubos. Por este motivo, fui condenado quatro vezes, sendo a última, pelo período de seis anos. A pena já foi cumprida. Pêsto em liberdade, voltei à minha família e comeci a trabalhar como carpinteiro. Ganhava 500 a 600 rublos por mês. Pagava por um apartamento 200 rublos mensais e, assim, não podia sustentar a família. Fiquei devendo 400 rublos do apartamento e 600 rublos no armazém. A 25 de março deste ano, abandonei a família: uma filha de 4 anos, minha mãe e minha mulher (a mulher está novamente na maternidade). Fui-me embora em busca de vida mais fácil. Não podia continuar na vida anterior, de crime, e nem podia voltar à família, pois a tinha abandonado sem dinheiro e com dívidas. Nestes cinco dias desde que saí de casa não cometi nenhum crime. Não temo a responsabilidade e lhe peço aconselhar-me como viver. Esperarei dia a dia, pois não me falta força de vontade, uma oportunidade para conversarmos. Se acha que devo ser preso, eu estou de acordo.

Isto aconteceu em Sóctchi. Convidei o autor da carta para uma palestra. Conhecemo-nos então. Ouvi o seu sobrenome e disse-lhe que havia conhecido um general de sobrenome idêntico.

O autor da carta era um homem jovem, de uns 30 anos. Durante a palestra pareceu-me uma pessoa sensata e agradável. Falou-me a seu respeito, sobre sua vida, a perda do pai, o meio que o influenciava negativamente. E disse:

— Compreenda minha situação. Eu poderia trabalhar como carregador, pois, como vê, sou forte. Mas não me admitem no trabalho, sabendo que sou um ladrão. Sei trabalhar satisfatoriamente como carregador e poderia ganhar bem, mas não confiam em mim. Ultimamente, trabalhei numa equipe. Outros,

ganhavam mais do que eu; olhavam-me como um ladrão e, por isso, me davam um trabalho desqualificado. Que posso fazer agora, que fazer com a família? Não me dão apartamento, e assim fui obrigado a ir viver num apartamento particular. Se morasse num apartamento do Estado, pagaria menos. Compreenda a minha situação. Prometo-lhe que serei um homem honrado, mostrarei que o sou.

Ao ouvir esse homem — prosseguiu Kruschiov — ao conversar com ele, tive a impressão de que era um bom sujeito. É possível que eu tenha demonstrado uma atitude liberal para com ele, mas foi agradável conversar com ele. Não acreditei e quero confiar que ele não me enganará.

— Que quer de mim, em que lhe posso ajudar? — perguntei-lhe.

— Ajude-me de forma que eu possa sustentar minha família. Isto em primeiro lugar. Quero voltar a viver com minha mulher, com meus filhos, com minha mãe.

— Muito bem; vai ser-lhe dada ajuda — respondi.

— Dar-lhe-ão crédito para que você possa construir uma casinha ou pedirá, se for possível, para que lhe assegurem apartamento e assim você pagará menos pelo aluguel.

Meu interlocutor disse:

— Isto seria ótimo. Agradeço-lhe.

Convencendo-se, durante nossa palestra, de que eu confiava nele, de que o tratava de maneira humana, o autor da carta me propôs:

— Sabe, camarada Kruschiov, eu desejaria muito tirar uma fotografia do seu lado.

Respondi-lhe:

— Isto é possível; sente-se mais perto para que a fotografia possa sair melhor. (Sentamo-nos e tiramos a fotografia. Envielhe depois uma cópia).

Ao terminarmos a nossa palestra, lembrei-me de que ele não devia ter nem um coqueque. Então disse-lhe:

— Quero ajudar-lhe não só a voltar a casa, mas também que possa levar umas lembranças para a mulher e os filhos.

Ele voltou à casa, ajudaram-no a arranjar trabalho. Pedi para me informarem como trabalhava. Informaram-me que está trabalhando bem, como carregador. Agradeceu-me a ajuda.

Al está camaradas, um fato da nossa vida.

*

(*) Tradução textual da palavra russa «lakirovitchki». Trata-se dos chamados «embelezadores» ou que apresentariam apenas o lado cor-de-rosa da vida. Kruschiov contesta que sejam assim.

O Grande Ditador



O GRANDE DITADOR que figura entre as melhores comédias de Charles Chaplin começa esta semana a sua reapresentação em São Paulo. Sua genialidade comoveu e divertiu milhões durante os anos da guerra pela evocação da figura ridícula e grotesca do ditador Hynkel, uma réplica fiel de Hitler. Atravessando o tempo, desde os 10 anos de sua realização, O Grande Ditador volta destinado a um novo sucesso graças à arte imorredoura do criador da figura legendária de Carlitos. O Grande Ditador tem em seu elenco Jack Oakie, Paulette Goddard e Reginald Gardiner, além do próprio Charles Chaplin como o ditador. O paulista poderá assistir à esta excelente comédia no circuito formado pelos cinemas: Normandie, Regência, Radar, Itamarati, Monark, Cruzeiro e Climax.

GUENDALINA

GUENDALINA é uma comédia romântica de Alberto Lattuada mais conhecida por sua obra dramática onde se contam *Mãe do Pô* e *O Cordeiro*. Di-

GENNYSON AZEVEDO



Jacqueline Sassard a simpática criadora de Guendalina.

retor talentoso, imprimiu nitidas características sociais a seus filmes («Il Bandito», «La Spiaggia», etc.), onde há traços de um humor satírico, movimentando personagens contraditórios movidos pelas moças que acionam a vida humana: a bondade e a ambição, o egoísmo e o amor. Tal não acontece com a sofisticada *Guendalina*, um divertimento ambientado em meio burguês, saboroso episódio do desabrochar da adolescência, dos primeiros pruridos de feminilidade e do primeiro romance de uma garota em férias. Do lado dramático, há o problema das relações entre pai e mãe, bastante deterioradas, com seu reflexo sobre a vida da jovem heroína.

Com este material, tão diferente da maioria dos argumentos de suas fitas, Lattuada constrói uma comédia simpática, pontilhada aqui e ali de anotações realistas, terminando por um duvidoso final feliz, mas que exprime claramente, o otimismo para com as reservas juvenis de fidelidade e ternura. *Guendalina* (Jacqueline Sassard), filha de um rico engenheiro, passa as férias numa típica cidade de veraneio do Mediterrâneo como o fazem seus amigos moças e rapazes de famílias burguesas. Quando seus colegas retornam aos estudos, sentindo-se só, procura a amizade de Oberdam (Raf Mattioli), filho de modesta família da comunidade. A singeleza deste namorado de adolescentes é capta-

da pela sensibilidade de Lattuada que os acompanha nos passeios, nas discussões e no interior de seus lares, tão diferentes. O jovem par vive, cada um à sua maneira, os deliciosos instantes do primeiro afeto que chega. *Guendalina*, com a coqueteria própria da idade e condição social, Oberdam com a emoção e sinceridade de um caráter firme. Numa época de crise, quando os exemplos familiares e sociais, longe de estimular as melhores qualidades dos jovens, deturpam o verdadeiro sentido da amizade e do sexo, é agradável ver-se um filme otimista.

Quando a obscenidade se institui em regra para a chamada «juventude transviada» e o cinema dela se ocupa, de maneira honesta algumas vezes, sordidamente outras, *Guendalina* é uma espécie de antídoto com moços e moças normais, com reações próprias da puberdade, sem falsos pudores.

Lattuada conseguiu de Jacqueline Sassard uma interpretação espontânea, compondo magistralmente o tipo irrequieto, brejeiro, da adolescente. Jacqueline é uma figurinha encantadora, delicada, natural. Raf Mattioli tem uma atuação segura como o rapaz equilibrado, não ficando inferiorizado diante da exuberância de sua companheira. Raf Vallone e Sylva Koscina como os pais, que já não mais se entendem, apesar da excelente situação econômica que desfrutam, são apenas figuras secundárias diante do rumo que toma a película.

Enfim, conquanto *Guendalina* se inscreva como um divertimento de reais qualidades e se situe num plano superior no quadro da produção italiana mais recente, longe está de ser uma obra capital.

CUBA

PRINCIPAIS DISPOSITIVOS DA LEI DE REFORMA AGRÁRIA

Nada menos de duas páginas do jornal "Hoy" de Havana ocupou a publicação do texto integral da Lei de Reforma Agrária baixada pelo governo, a 17 de maio, em Sierra Maestra. Compreende ela 68 artigos, agrupados em nove capítulos, além das Disposições Transitórias e das Finais. Oferecemos, hoje, aos nossos leitores o texto integral dos mais importantes artigos da Lei.

O Capítulo I — Das terras em geral — estabelece, através dos seus três primeiros artigos:

"Art. 1 — Proseguir-se o latifúndio. O máximo de extensão de terra que uma pessoa física ou jurídica poderá possuir será trinta caballerías (cerca de 400 hectares). As terras de propriedade de uma pessoa física ou jurídica que excederem desse limite serão expropriadas para sua distribuição entre os camponeses e operários agrícolas sem terras.

Art. 2 — Excetuam-se do disposto no artigo anterior as seguintes terras:

a) As áreas semeadas de cana, cujos rendimentos não sejam menores que o mínimo de produção por caballería, a ser indicado pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária, criado por esta Lei, tendo em conta a experiência nacional.

b) As áreas da pecuária que atinjam o mínimo de subsistência de gado por caballería fixado pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária, tendo-se em conta o tipo racial, tempo de desenvolvimento, percentagem de natalidade, regime de alimentação, percentagem de rendimento no abate no caso de gado vacum de corte, ou de leite, no caso de gado vacum dessa classe.

c) As áreas semeadas de arroz que rendam normalmente não menos de 50 por cento sobre a média da produção nacional da variedade de que se trate, a juízo do Instituto Nacional de Reforma Agrária.

d) As áreas dedicadas a um ou vários cultivos ou exploração agro-pecuária, com ou sem atividade industrial, para cuja eficiente exploração e rendimento econômico racional seja necessário manter uma extensão de terra superior à estabelecida como limite máximo no Art. 1 desta Lei.

No caso de exceção assinalada no inciso d), o Instituto Nacional de Reforma Agrária determinará quais serão as áreas excedentes sobre o limite máximo para os fins desta Lei, cuidando em que se mantenha a unidade econômica de produção e nos casos de vários cultivos, a correlação entre os mesmos e entre os cultivos e a exploração agro-pecuária, neste caso.

Art. 3 — Também serão objeto de distribuição as terras do Estado.

O artigo 4.º estabelece outras exceções para a distri-

buição das terras, tendo em vista aspectos econômicos, de utilidade pública, e poucas mais. No artigo 5.º e escamoteada a ordem para a realização da reforma, segundo as terras pertencem ao Estado ou a outros e não sejam beneficiadas pelas exceções mencionadas.

OUTROS CASOS DE EXPROPRIAÇÃO

O artigo 6 estabelece que "as terras de domínio privado, até o limite de trinta caballerías por pessoa ou entidade, não serão objeto de expropriação, salvo se forem afetadas por contratos com colonos, subcolonos, arrendatários, subarrendatários, parceiros ou ocupados por "precaristas", que possuam parcelas não maiores do que 5 caballerías, casos em que também serão objeto de expropriação de acordo com o estabelecido na presente Lei". E o artigo 7 acrescenta: "Os proprietários de terras partilháveis, uma vez realizadas as expropriações, adjudicações e as vendas a arrendatários, subarrendatários, colonos, subcolonos e "precaristas" estabelecidos nas fazendas, poderão reter o resto da propriedade no que não exceder a extensão máxima autorizada pela Lei".

SUPRESSÃO DA RENDA EM ESPÉCIE

Os artigos 8, 9 e 10 definem o conceito de terras do Estado e o caráter das ações a que estão sujeitas. O artigo 11 estabelece: "Proíbe-se, a partir da promulgação desta Lei, a conclusão de contratos de parceria ou quaisquer outros nos quais se estime o pagamento da renda das propriedades rurais sob a forma de participação proporcional nos seus produtos".

- 1 Extinção Do Latifúndio
- 2 As Terras Que Serão Expropriadas
- 3 Supressão Da Parceria
- 4 "Mínimo Vital" Para Uma Família
- 5 Cooperativas Agrícolas
- 6 Tribunais De Terra

munha nacional. Nos casos de herança, quando os herdeiros não forem cidadãos cubanos, as terras, quaisquer que forem, são consideradas expropriáveis.

MÍNIMO VITAL: 27 Ha.

O CAPÍTULO II — Da redistribuição das terras e das indenizações aos proprietários — estabelece, no artigo 16, o "mínimo vital" para uma família camponesa de cinco pessoas: duas caballerías (cerca de 27 hectares) de terra fértil, sem irrigação e distante dos centros urbanos. Tais terras, que serão definidas e determinadas pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária, não são embargáveis, alienáveis e são isentas dos impostos a que se refere a Lei Fundamental da República.

O artigo 17 determina que as terras a serem distribuídas não devem exceder de duas caballerías, segundo o disposto no artigo anterior. E o artigo 18 estabelece: "As terras de domínio privado cultivadas por colonos, subcolonos, arrendatários ou sub-

arrendatários, parceiros ou "precaristas", serão adjudicadas gratuitamente a seus cultivadores quando sua extensão não exceda do "mínimo vital".

Quando os mencionados colonos, subcolonos, arrendatários, subarrendatários, parceiros ou "precaristas" cultivarem terras com uma extensão inferior ao "mínimo vital", se lhes adjudicará gratuitamente as terras necessárias para completá-lo.

Se as terras cultivadas nos casos mencionados no parágrafo anterior excederem do "mínimo vital", sempre que não passem de cinco, o arrendatário, subarrendatário, etc., receberá duas caballerías a título gratuito, previamente expropriadas pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária, podendo adquirir do proprietário, mediante venda forçada, a parte de sua posseção que exceda da área gratuitamente adjudicada, até um limite de cinco caballerías. O mesmo critério é estabelecido, mais adiante, para a distribuição de terra do Estado.

OBRIGAÇÕES DOS PROPRIETÁRIOS

O ARTIGO 25 contém a exigência aos proprietários de fazendas maiores de 30 caballerías, ou quaisquer outras onde haja arrendatários, parceiros, etc., de apresentar ao Instituto Nacional de Reforma Agrária, num prazo de três meses, as seguintes declarações:

a) cópia do título de propriedade e da quitação dos impostos sobre direitos reais ou transmissão de bens;

b) cópia simples da escritura e o substitutiva das cargas e gravames se os houver;

c) planta da fazenda ou fazendas, ou a declaração de que não a possui;

d) relação detalhada de edifícios, construções, implementos, maquinaria, benfeitorias, etc.

e) declaração jurada detalhada ante Notário Público, ou o Juiz Municipal do domicílio do declarante, dos contratos de arrendamento, parcerias, colonato, assim como as ocupações por "precaristas" que afetem as fazendas ou fazenda de que se trate, com a expressão de prazo, condições e preços, bem como dos cultivos

ou sementeiras, cabeças de gado, tipos de pastos e produção aproximada em todos os setores nos últimos cinco anos anteriores e rendas derivadas da venda dos produtos durante o último ano anterior.

f) relação das terras ociosas ou semi-ociosas, estimativa do valor atribuído, etc.

VALOR VENAL DAS TERRAS

O ARTIGO 29 declara que é reconhecido o direito constitucional dos proprietários afetados pela Lei a perceber uma indenização pelos bens expropriados. Tal indenização será fixada tendo em conta o valor de venda das fazendas que apareça nas declarações do "amillaramiento" municipal de data anterior a 10 de outubro de 1958. As instalações e edificações afetáveis existentes nas fazendas serão objeto de taxaço independente por parte das autoridades encarregadas de aplicação desta Lei.

Forma De Pagamento

No artigo 31 estabelece-se que a indenização será paga em bonus resgatáveis. Para tais fins será emitida de bonus da República de Cuba em quantia, prazos e condições a serem oportunamente fixados. Os bonus serão denominados "Bonus da Reforma Agrária" e serão considerados va-

lores públicos. A emissão em emissões se fará por um prazo de vinte anos, com juros anuais não superior a 4 por cento. Para abonar o pagamento de juros, amortização e despesas de emissão, será incluída anualmente no orçamento da República a soma correspondente.

to dos planos de desenvolvimento da produção agropecuária que forem estabelecidos.

O Instituto Nacional de Reforma Agrária regulamentará as funções dos Comitês Locais.

A metade dos membros do mencionado Comitê será formada por camponeses possuidores de parcelas de terras não superiores a cinco caballerías, eleitos na Assembleia convocada pelas associações radicadas nas zonas respectivas.

Os Regulamentos das Associações Camponesas Inscritas no Instituto Nacional de Reforma Agrária deverão ser aprovados e registrados pelo mesmo.

As designações dos membros dos Comitês Locais, feitas pelas mencionadas Associações Camponesas, poderão ser revogadas a qualquer momento pela referida Assembleia.

Revenda Das Terras

O CAPÍTULO III, que trata da propriedade agrícola redistribuída, dispõe o seguinte, no seu artigo 34: "As propriedades adquiridas em virtude dos preceitos desta Lei não poderão ser transmitidas senão a título hereditário, de venda ao Estado ou permuta autorizada pelas autoridades encarregadas da aplicação da mesma, sem ser objeto de contratos de arrendamento, parceria, usufruto ou hipoteca.

cimento de unidade de desenvolvimento da produção agropecuária em todas as regiões do país. Essas unidades constarão de:

a) um centro de equipamentos e maquinaria. Tal centro prestará, por preço módico, os serviços de utilização desses equipamentos e maquinarias, os arrendará, também a módico preço, aos agricultores, ou facilitará sua aquisição pelos mesmos.

EXECUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

SOBRE a aplicação prática da Lei, estabelecem os artigos 52 e 53: "O Instituto Nacional de Reforma Agrária terá em cada Térmo Municipal da República uma delegação que se denominará Comitê Local de Reforma Agrária, encarregado da aplicação desta Lei em seu território e do desdobramen-

COOPERAÇÃO AGRÁRIA

TRATANDO da cooperação agrária, o capítulo V, no artigo 43, estabelece: "Sempre que seja possível o Instituto Nacional de Reforma Agrária fomentará cooperativas agrárias entre os camponeses, fazendo com que as mesmas sejam distribuídas entre as diferentes Zonas de Colonização. Em virtude do preceituado pela Lei, estas cooperativas estarão sob sua direção, reservando-se o direito de nomear seus administradores para que garantam sua operação durante certo tempo.

No capítulo seguinte, que trata do Instituto Nacional de Reforma Agrária, estabelece-se no artigo 50: "O Estado proverá de recursos o Instituto Nacional de Reforma Agrária para o estabele-

TRIBUNAIS DE TERRA

O CAPÍTULO VII, que trata dos tribunais de terra, contém um único artigo, o 55, que estabelece: "Criam-se os Tribunais de Terra para o conhecimento e solução dos processos judiciais gerados pela aplicação desta Lei e dos demais relacionados com a contratação agrícola e a propriedade rústica, em geral.

O Instituto Nacional de Reforma Agrária formulará dentro do prazo de três meses, a partir da promulgação desta Lei, o projeto de Lei Orgânica dos mencionados tribunais.

Fôrça Constitucional

POUCO tempo depois de uma série de outros dispositivos, estabelece-se, na Disposição Adicional Final: "No uso do Poder Constituinte que compete ao Conselho de Ministros, declara-se a presente Lei parte integrante da Lei Fundamental da República, à qual fica assim adicionada.

Em consequência, outorga-se a esta Lei fôrça e hierarquia constitucionais."

O texto é datado de Sierra Maestra, aos 17 de maio de 1959, e assinado por Fidel Castro Ruiz, Primeiro-Ministro, e Manuel Urrutia Lleó, Presidente da República.

CARTA DO SERTÃO

ZÉ PRAXEDI — poeta vaqueiro

Meu cumpade Zé Matia: Arricibi a cartinha. Só num posso publicá. Põe toma o lugar da minha.

Eu quiria hi no São Pêdo. Pra nós tumá umas cana. Na bodega camarada. Do cumpadre Zé Viana.

Pobe, no Rii de Janêro. Levá vida de cachorro. O fogo queima o barraco. E a chuva faz buraco. Nas «favela» cá dos morro.

Fiquei todo arrupiado. Quando falasse im quadria. Só o maíó marcado... No sertão quem tem valô. Arrespeita minha tria.

Fiquem lá adonde tão. Nessa mansão de Corrêa: Sorvendo os raio do só. Oíando pra lua chêa... Inté qui as pranta fulorent. Pra dá trabai as abêa.

Os verso qui vós mandasse. Num pude lê sem chora. E' pena num tê ispaço. Nas fôia desse jorná. O doutô me dixé antonte. Qui num pode publicá.

Não abandonem a terrinha, Prueque terra é coisa cara! O perfeito da cidade. Com o braço do «pau de arara». Qui naceu pá tarbaíá. Tá precurando aterrá. O Rio da Guanabara.

Dê lembrança pru Zeli, A Pimenta e Pica-pau, Ao Arcides e Zé Neto, A Nerso, Udirso e Lalau. Me façás esse favô. Pela festa, se eu fô, Eu levo meu birimbau.

Não tem mais terra, cumpade. E tá fartando transporte. Pu povo hi se mudando. Para o Brasília do norte.

Tremino li desejeando. Munta saúde e dinhéro. O cumpade Zé Praxedi. O seu puéta vaquêro.

CANA DE AÇÚCAR: SÔMENTE CUBANOS

DA maior importância é o artigo 12, cujo texto é o seguinte: "A partir dos três meses posteriores à promulgação da presente Lei não poderão explorar colônias de cana-de-açúcar as Sociedades Anônimas que não reúnam os seguintes requisitos:

a) Que todas as ações sejam nominativas.

b) Que os titulares dessas ações sejam cidadãos cubanos.

c) Que os titulares dessas ações não sejam pessoas que figurem como proprietários, acionistas ou funcionários de empresas dedicadas à fabricação de açúcar.

Decorrido o prazo mencionado poderão ser expropriadas as terras de propriedade das Sociedades Anônimas que não reúnam os requisitos anteriores para os fins estabelecidos na presente Lei. Do mesmo modo, tais Sociedades Anônimas perderão o direito às cotas de moenda que tiverem quando da promulgação desta Lei."

Nos artigos seguintes, proíbe-se a propriedade de qualquer extensão de terra a Sociedades Anônimas cujas ações não sejam nominativas.

NACIONALIZAÇÃO

DECLARA-SE no artigo 15: "A propriedade rústica só poderá ser adquirida no futuro por cidadãos cubanos ou por sociedades constituídas por cidadãos cubanos. Excetuam-se da disposição

anterior as fazendas, não maiores de trinta caballerías que, a juízo do Instituto Nacional de Reforma Agrária, seja conveniente ceder a empresas ou entidades estrangeiras para fomento industrial ou agrícola considerandos benéficos para a econo-

AS CAUSAS DA EPIDEMIA DE GREVES ESTUDANTIS

Luiz Fernando Cardoso

As greves estudantis já estão se tornando fatos comuns no cenário brasileiro. Uma causada pela intransigência de um diretor de faculdade, ora pela precariedade das instalações das escolas, etc., o certo é que as origens dessas greves transcendem os limites desses simples fatos, que nada mais são além do estorço de cada movimento paralisado. Elas refletem, também, o incômodo mesmo da sociedade estudantil, que procura por todos os meios soluções aos problemas que entravam o pleno acesso dos jovens à cultura.

As causas mais gerais e profundas das greves estudantis residem na calamitosa situação do ensino no Brasil. Vejamos, por exemplo, alguns fatos ocorridos no Distrito Federal, um dos principais centros universitários do país, que atravessa, no momento, uma crise da qual dificilmente sairá, caso as escolas da sua Universidade continuem a funcionar no sistema atual.

A Universidade do Rio de Janeiro (URJ) é, pela lei, uma organização de ensino superior mantida pelo Governo do Distrito Federal e funcionando, com base em unidades universitárias privadas, com participação própria, as quais são subvencionadas pela Universidade. Portanto, o dinheiro público precisa fazer parte do patrimônio particular das instituições das faculdades.

A PDF subvenção a URI com 0,5% do seu orçamento, o que, em 1959, deverá atingir a soma de 100 mi-

lhões de cruzeiros. Essa verba destina-se a assegurar a gratuidade do ensino superior municipal e a auxiliar as faculdades na criação e funcionamento de bibliotecas, laboratórios, etc. A distribuição desse dinheiro pelas quatro faculdades da URI — Filosofia (1.622 alunos), Direito (1.384), Ciências Médicas 500 e Ciências Econômicas 522 — é feita de acordo com o número de alunos de cada uma delas, para efeito o que o estudante sem obrigação a pagar para frequentar a escola. Ainda essa verba municipal destinasse, como vimos, a assegurar a gratuidade, as Faculdades da URI cobram uma série de taxas, sob várias pretextos, tais como de matrícula, segunda chamada, segunda época, revisão de prova, exame vago, dependência, e outras. Na Faculdade de Filosofia, o estudante que termina o curso tem de pagar, pelo diploma, Cr\$ 6.000,00. E tem sempre a prestação de contas desses estabelecimentos privados é feita com muita clareza.

Os Curadores entram

A distribuição das verbas é feita por um Conselho de Curadores, composto de cinco membros designados pelo Prefeito, o presidente pelo Rector da Universidade. Através do movimento da vida da Universidade, os membros desse Conselho discernem os problemas e necessidades das escolas, encaminhando a aplicação das ver-



Faixa colocada pelos estudantes na fachada do prédio da Faculdade de Ciências Médicas.

bas. O problema imediato que não retorna é a inexistência de serem melhoradas as instalações das escolas. O Conselho, em vez de examinar se o dinheiro está sendo realmente aplicado em benefício, rendendo juros anuais de 3% ao ano. Esse dinheiro, que é feito em nome do Fundo do Patrimônio da URI, já atinge a soma dos 40 milhões, sem perspectiva de uma aplicação produtiva e útil para os estudantes.

Uma professora do curso primeiro da PDF ganha por mês 14.000 cruzeiros, o que não se pode chamar de um salário bom. Dois bem, os assistentes da URI recebem Cr\$ 8.000,00 e os assistentes Cr\$ 7.000,00. Não obstante serem salários ridículos, há muitas vezes, através de vários meios, a não pagamento. Com tais vencimentos, não há professor que possa dar boas aulas. Para poder assegurar a sua manutenção, o da família, são obrigados a trabalhar durante o dia letivo, ou a tempo para preparar as aulas e estudar com o necessário. A maioria dos professores, apesar de descontentes, não pode fazer coisa alguma, por há falta de dinheiro para isso.

As condições de funcionamento de todas as quatro faculdades são extremamente precárias. A Ciências Eco-

nômica funciona no mesmo prédio da Ciências Médicas. Nenhuma das quatro tem uma biblioteca completa e atualizada. Na Faculdade de Filosofia, que necessita consultar um livro da biblioteca da escola é obrigado a ser de fora, uma vez que ela só permanece aberta durante o horário das aulas. O mesmo acontece com os laboratórios de Física, Química e História Natural, tanto no que concerne ao horário como na aparelhagem. Nenhuma dessas escolas têm restaurantes. Esses são apenas alguns fatos de uma série inumerável.

Arbitrariedades

Como se não bastassem tais insuficiências os estudantes da URJ são ainda obrigados a enfrentar as arbitrariedades dos diretores das faculdades. Na Filosofia, por ocasião da vinda de Foster Dulles ao Brasil, os universitários, em assembleia geral, votaram uma moção de protesto contra a visita do ex-secretário de Estado, proclamando luto oficial do corpo discente. O diretor daquele estabelecimento, numa atitude de desrespeito às decisões dos estudantes resolveu anular as resoluções da assembleia geral e fechar a faculdade durante a estada de Foster Dulles no Brasil. Por ocasião das eleições do Diretório Acadêmico para a gestão 1958-59, o diretor da Faculdade, por ter ganhado o partido mais combativo e que ele mais teme, tentou anular o pleito, baseando-se numa lei já caduca, sendo, todavia, desmascarado publicamente pelos estudantes. Há pouco tempo, foi publicado num jornal interno da Filosofia um artigo criticando a falta de concurso para os professores da Escola. A resposta do diretor foi a suspensão do autor do artigo e do responsável pelo jornal, por 15 e 25 dias, respectivamente.

Na Faculdade de Direito, um estudante foi suspenso por 90 dias, em virtude de sua atitude combativa por ocasião de uma recente greve naquela Escola. O diretor fez questão de publicar a suspensão apenas no último dia de aula antes das provas parciais, para que o aluno não pudesse se defender.

A situação na Ciências Médicas, que originou a atual greve geral das universidades, é por demais sombria, com todos os seus aspectos administrativos e arbitrário fechamento da Faculdade.

A fim de solucionar todos esses problemas é que os estudantes lutam. As suas greves não são fruto de um ou outro fato isolado, mas sim de todo esse conjunto de graves irregularidades que os impede de estudar.

Objetivos dos estudantes

Paralelamente a uma série de reivindicações específicas e imediatas, os universitários lutam por objetivos mais amplos, tendo em mira radicais modificações no sistema de ensino do Distrito Federal. No momento atual, são as seguintes suas principais reivindicações:

- 1 — Reforma do Conselho de Curadores, para que o mesmo seja constituído apenas de professores que realmente entendam dos problemas universitários;
 - 2 — Reforma do Regulamento da URJ, a fim de que os estudantes possam ter participação direta e ativa — com direito de representação, voz etc. — na Administração das Faculdades;
 - 3 — Atualização constante do ensino, tanto nas aulas como na aparelhagem das escolas. Incentivo à pesquisa, publicação de obras, etc.
 - 4 — Centralização das Faculdades na Cidade Universitária, o que permitiria maior intercâmbio cultural, social e esportivo, facilitaria a assistência de uma escola a outra, etc.
 - 5 — Encampação da URJ pela Prefeitura do Distrito Federal, o que viria oficializar a Universidade, melhorar a situação dos professores, garantir a colocação dos estudantes quando terminassem o curso, etc.
- Sem a aplicação dessas e de outras medidas preconizadas pelos estudantes, a URJ não poderá sair da sua atual situação calamitosa e o ensino nessa Universidade continuará a ser uma verdadeira indústria.

VALORES HUMANOS

ANA MONTENEGRO

Foi um desastre de trem em São Paulo, com mais de cinquante mortos e centenas de feridos. A alta administração da Central do Brasil não foi responsabilizada pela catástrofe. E não se fala em proceder a uma revisão no sistema de controle dos transportes ferroviários. É mais o caso de promover indenização de que cancelar o conteúdo da organização burocrática, das máquinas, dos homens. O mais rápido, o mais prático, o menos trabalhoso é abrir, formalmente, uma inquérito, e lançar a culpa sobre o maquinista. Ouço o choro dos parentes das vítimas e as lamentações das que, pelo resto da vida irão arastando pedras de culpa, mas não posso esquecer o maquinista que, cansado, quantos filhos tem, quantas horas viaja por dia, quantas roupas, quantos anos de atividade e quantos de vida, a quantos exames de saúde foi submetido?

Mas existem outras atitudes sociais que não levam em conta, até desvairam os mais característicos valores humanos. Por exemplo, a de não se desentenderem e ficam disputando a quem dos filhos. Que será uma criança ao verso rapado, ao feito boneca de pano, jogada de um lado para outro? A Central não lhe cortou os cabelos, nem os braços, mas lembranças tão amargas certamente, a incapacitarão de criar, no futuro, motivadores de felicidade. Já buscam para gerar conflitos, nos cabelos, das crianças, os programas de televisão do tipo "Capitão Estréla", que não nasce de um caráter norte-americano, procurando materiais radioativos, nas montanhas da Ásia, para salvar o mundo do livro. E os nativos, que se opõem são encarados como bandidos. Se inventarem um Capitão Estréla, para impedir os devaneios da Central, estariam servindo melhor a este pobre mundo livre... Ora, um mundo na verdade livre, onde os trens não maissem, onde os homens que trabalham fossem cuidados e respeitados, onde as crianças não fossem tratadas como bonecas de pano, certamente, não criaria um tipo de herói ridículo e nocivo como aquele Capitão Estréla.

PRESTES EM GOIÁS

(Conclusão da 12.ª página)

ENTRE OS ESTUDANTES

Prestes foi recebido na sede da União Estadual dos Estudantes e durante três horas, debatem democraticamente com os jovens, diversas questões da política nacional e internacional, particularmente do movimento nacionalista do país. Antes de iniciar os debates, dirigindo-se aos universitários, disse Prestes: "Sou muito feliz. A juventude do meu tempo não se interessava, como vos hoje vos interessais, pelos grandes problemas da nossa Pátria. Para que possais avançar, encontrar as verdadeiras causas do nosso atraso, do subdesenvolvimento do Brasil, necessitais ouvir a todos, sem discriminações, nem preconceitos."

MOVIMENTO SINDICAL E PREVIDÊNCIA

Na manhã de dia 2, com líderes sindicais e numerosos operários, que o receberam na sede da Câmara Municipal de Goiânia, Prestes debateu problemas relacionados ao movimento sindical e à previdência social no país. Nessa oportunidade, Prestes foi saudado pelo presidente do Sindicato dos Bancários, sr. Mário de Freitas Cavallho, achando-se presentes, ainda, os presidentes de seis sindicatos e da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado de Goiás.

INTENSO PROGRAMA

Agora esses atos, Prestes manteve numerosos outros contatos com o povo, cumprindo extensivo programa, falando durante nada menos de 14 horas em dois dias. Foi homenageado com almôços e jantares, manteve entrevistas com um grupo de médicos, políticos de diversos partidos e populares que desejavam falar-lhe pessoalmente.

INTOLERANCIA

Teve repercussão a mais penosa a intensa campanha contra Prestes desencadeada por alguns elementos do clero local, sob inspiração do arcebispo de Goiás d. Fernando Gomes dos Santos. Assim, por exemplo, foi tentado impedir que Prestes fosse-

recebido na sede da Sociedade de Pensaria, o que conseguiu um telegrama do sr. Galvão Paranhos no sentido de não receber, esclarecendo que ao ceder sua sede para o encontro de Prestes em repreensão das eleições consorciadas, isto não implicava em qualquer compromisso de ordem ideológica e, do mesmo tempo, lamentando a atitude daquele homem católico, denominada uma campanha de ódio no seio da Igreja. Sob a influência dessa manifestação de intolerância das altas autoridades eclesásticas a Assembleia Legislativa, por um voto apenas, deixou de aprovar o requerimento de vários deputados — defendido da tribuna inclusive pelo líder do PSD — no sentido de que Prestes ali fosse recebido oficialmente.

Em que pese, porém, essa campanha — veiculada pelo rádio, pelas escolas e outros meios — a visita de Prestes alcançou grande repercussão e ainda hoje é gratamente recordada em todas as esferas sociais, em todo o país.

Em nome da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários do Brasil — O presidente da FNTF — Raul de Montenegro.

Em nome do Comitê Central do Sindicato dos Operários do Transporte Ferroviário do Brasil, o vice-presidente do CC do Sindicato — E. Burloy.

Alvaro David — presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Ferroviários do Rio de Janeiro.

A. Vazquez — secretário do CC do Sindicato dos Operários do Transporte Ferroviário do Brasil.

João Dias Caldeira — membro do Conselho de Promoções do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro.

A. Loschman — membro da Presidência do CC do Sindicato dos Operários do Transporte Ferroviário do Brasil.

Moscou, 16-V-1959.



Aspecto de uma das numerosas assembleias realizadas pelos universitários da Faculdade de Ciências Médicas para discutir em os problemas criados com o arbitrário fechamento de sua escola.

O vereador Paulo Areal apresentou, na semana passada um projeto de lei determinando a intervenção na Companhia Telefônica Brasileira e a criação de uma sociedade de economia mista, com 51% de participação da Prefeitura do Distrito Federal, destinada a operar, conjuntamente com a CTE, o serviço de telefones na Capital da República. Segundo o projeto apresentado, a intervenção perdurará até que se regularize a situação, cessando mediante aprovação de Lei Municipal. Por outro lado, dá-se o prazo de 90 dias, a partir da lei de intervenção, para que o prefeito envie mensagem à Câmara solicitando os meios financeiros necessários à constituição da nova empresa telefônica.

Justificando o projeto de lei de sua autoria, o vereador udenista chamou a atenção para o fato de que nada adianta discutir e rediscutir o assunto, nomear comissões de autuação prontas a auxiliar a Companhia Telefônica Brasileira, de propriedade da Light, a burlar as disposições contratuais e a se desculpam quanto ao mau funcionamento dos serviços e à sua incapacidade técnica para enfrentar a crescente demanda de telefones na Capital. Assinalou ainda o vereador Paulo Areal que, depois das empréstimos e aumentos de tarifas requeridos e conseguidos, a empresa procura agora lançar mão do autofinanciamento, pelo qual os próprios usuários de seus serviços se encarregarão

COM A LIGHT O QUE RESOLVE É INTERVENÇÃO

O vereador Paulo Areal justifica seu projeto sobre a Cia. Telefônica — Incapaz a PDF de controlar as empresas concessionárias — O problema dos transportes

de prover os fundos necessários ao seu equipamento. Aumentaria, assim, o capital imobilizado da empresa, que serve de base para a fixação das tarifas e para o envio de lucros da companhia para o exterior.

GRUPOS INCAPAZES. — Esse processo, disse, não o vereador, torna-se ainda mais extorsivo, quando se sabe que não existe na Prefeitura órgão capaz de controlar efetivamente a situação da empresa. Basta que se diga que a greve da CTE era, em 1951, de 1 milhão e duzentos milhões de cruzeiros sendo atualmente apresentada como montando a 6 bilhões. A

PDF não está aparelhada para se aparelhar, para verificar a exatidão ou não destas cifras, assim como de qualquer outra relativa aos serviços públicos na Capital.

Levando em conta esta situação, e o fato de que até agora a Light não cumpriu nenhuma das obrigações relativas ao seu equipamento, apesar das cláusulas explícitas contidas nos contratos e acordos firmados com a PDF, declarou o vereador Paulo Areal, só existe uma solução realmente eficaz: a intervenção na companhia e a criação de uma outra companhia que venha su-

prir as deficiências do serviço de telefones do Rio de Janeiro.

INCAPAZIDADE COMPLETA. — Bisse-nos ainda o edil carioca que o caso dos telefones não difere muito das outras empresas públicas do Rio. Em todos eles é comum a completa incapacidade do Executivo Municipal para controlar financeiramente, técnica e economicamente a situação das concessionárias e permitir-lhes, e de fiscalizar o cumprimento dos contratos. Por todo lado, o que se vê é o empobrecimento por parte das comissões das condições e ditames das companhias interessadas. No

caso dos transportes, por exemplo, disse o vereador, as comissões oficiais, inclusive a atual, que estabeleceu o aumento a vigorar a partir de julho, são dirigidas por elementos da inteira confiança dos concessionários, e sempre se mostraram incapazes de controlar as empresas de serviços públicos. Caso seja realmente estabelecido o sistema de talões nos ônibus e lotações, poder-se-á ter um retrato fiel da situação das empresas. Mas, inicialmente, será necessário vencer a resistência das empresas; a Light, por exemplo, já conseguiu escapar à medida, embora a ela estivesse sujeita originalmente.

A SOLUÇÃO

— De qualquer maneira, conclui o vereador Paulo Areal, o que se torna inadiável é a criação de um órgão eficaz e realmente honesto, capaz de controlar a situação financeira, econômica e técnica das empresas, e de fazer um levantamento da verdadeira situação dos serviços públicos no Distrito Federal. Mesmo no que toca à unificação dos transportes sob direção da municipalidade, além da importante ressalva no que diz respeito ao serviço de bondes da Light que, contratualmente, deverá ser entregue sem indenização à Prefeitura, embora seja por ocasião favorável à estatização aceita que o que deve ser feito sem demora é o levantamento da situação das concessionárias e dos serviços públicos no Rio.

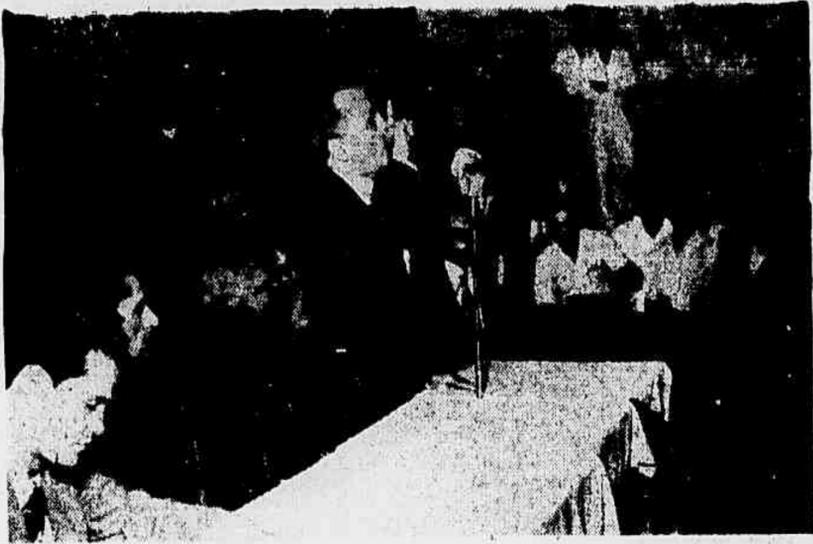
DEFINIÇÕES DE PERSPECTIVAS

(Conclusão da 3.ª pag.)

ma que se apresenta à economia brasileira é a de sua capacitação para exportar produtos industriais e não somente café, cacau e pouca coisa mais, embora continuando a tirar todo o proveito possível da exportação desses produtos agrícolas. A transformação da composição de nosso comércio de exportação e o elastecimento, por conseguinte, das disponibilidades para importações não se conseguirão num par de anos, porém num período dilatado, quanto mais firmemente for imprimida ao desenvolvimento da economia nacional um curso independente e progressivo, quando mais consequentes

forem as transformações operadas na estrutura econômica e na vida política do país. Dentro desta perspectiva, a política de nacionalização estatal do câmbio, para fins seletivos e prioritários, de acordo com os interesses nacionais, assume um caráter de necessidade, não apenas conjuntural, mas permanente, de longo prazo.

DIVULGUE
NOVOS
RUMOS



MAIS FELIZES, OS DE HOJE

— Durante a palestra e os debates de três horas que manteve com os estudantes, na sede da União Estadual dos Estudantes de Goiás, Prestes destacou o fato de que, atualmente, a juventude participa ativamente das discussões e soluções dos grandes problemas nacionais, o que não sucedia ao seu tempo de estudante. Na foto, aspecto do encontro.



COM AS CLASSES CONSERVADORAS

— A sede da Sociedade Goiana de Pecuária foi pequena para conter o grande número de pessoas, principalmente representantes das classes conservadoras, desejosas de ver e ouvir Luiz Carlos Prestes. Neste flagrante aparecem, além de Prestes e outras presentes, o sr. Galeno Paranhos, presidente da entidade, usando da palavra.



REVENDO VELHOS AMIGOS

— Foi em Goiás que a Coluna Invicta mais tempo permaneceu, durante sua campanha gloriosa. Ali também Prestes foi encontrar velhos companheiros de jornada, entre os quais o major Atanagildo França, que aí vemos, na sua residência, em companhia da família, ao lado de Prestes e de outro bravo da Coluna, o tenente Romão, do R. G. do Sul.



OUVIR A TODOS

— O presidente da União dos Estudantes de Goiás, acadêmica Olinto Meireles, apresenta Prestes aos seus colegas e aos numerosos populares que para ali acorreram a fim de assistir aos debates. Na foto também é visto (ao lado de Luiz Carlos Prestes, o universitário Roldão de Oliveira, presidente do Centro Acadêmico «XI de Maio», da Faculdade de Direito de Goiás. Na ocasião, Prestes aconselhou os jovens a ouvirem todas as opiniões, sem preconceitos.



ACLAMADO PELO POVO

— O Cine-Teatro Goiânia apresentava lotadas tôdas as suas acomodações durante a palestra ali proferida por Luiz Carlos Prestes. O líder comunista foi bastante aplaudido pela assistência, tendo sido introduzido no recinto pelos srs. Diógenes Magalhães, ex-deputado federal, Francisco Brito, ex-presidente da UDN de Goiás e outras personalidades.

PRESTES EM GOIÁS

CARINHOSA RECEPÇÃO — DURANTE TRÊS DIAS O LÍDER COMUNISTA MANTEVE CONTATOS COM NUMEROSAS PERSONALIDADES E POPULARES — DESDE A EPOPEIA DA COLUNA NÃO VOLTAVA ÀQUELE ESTADO O CAVALEIRO DA ESPERANÇA
DECLIEUX CRISPIM

GOIÂNIA (Especial para NOVOS RUMOS) — Trinta e quatro anos depois de haver palmilhado os sertões de Goiás, à frente de sua Coluna Invicta, Luiz Carlos Prestes retornou a este Estado, numa visita de poucos dias, e recebeu aqui uma das mais carinhosas homenagens já prestadas pelo povo goiano a qualquer homem público brasileiro.

A CHEGADA

Quando o avião que trouxe Prestes de Belo Horizonte chegou ao aeroporto desta capital, uma pequena multidão de homens do povo e personalidades já o aguardava. O primeiro a abraçá-lo foi o sr. Atanagildo França, major da Coluna, em cuja casa o líder comunista ficou hospedado. Momento particularmente emocionante foi o encontro de outro velho companheiro, o robusto tenente Romão, do R. G. do Sul, que não pôde conter as lágrimas ao abraçar seu antigo comandante. No local, ainda Prestes foi saudado pelo dr. Sebastião Naves, juiz de Direito de Buriti Alegre. Prestes agradeceu a calorosa recepção que lhe era tributada.

ENCONTROS COM O POVO

Dentre todos os Estados percorridos pela heróica Coluna, Goiás foi aquele em que mais se demorou. Certamente esta é uma das razões por que, passados mais de trinta anos, ainda é tão viva na memória do povo a façanha daquele movimento.

Durante sua breve permanência em Goiânia — de 1.º a 3 do corrente — Prestes cumpriu longo programa de reuniões e palestras com o povo, bem assim de visitas a diferentes pontos da cidade. Particularmente expressiva, foi a conferência que pronunciou no Cine-Teatro Goiânia, completamente lotado, quando Prestes falou durante cerca de duas horas a um público atento, em cujo seio se viam personalidades políticas de diversos partidos. A palestra foi transmitida pela Rádio Anhangueira.

COM AS CLASSES CONSERVADORAS

Outra reunião que alcançou grande repercussão, foi a realizada na Sociedade Goiana de Pecuária, quando Prestes falou a fazendeiros, comerciantes e industriais, ocasião em que explicou aos presentes os pontos-de-vista dos comunistas sobre a atualidade nacional, ao mesmo tempo em que se informava sobre a realidade econômica do Estado e seus problemas. Entre os presentes, estavam o ex-deputado Galeno Paranhos, presidente da entidade, que também concorreu no Governo do Estado no último pleito e o presidente da Associação Comercial de Goiás, sr. Orlando Torres.

No mesmo dia, à tarde, foi Luiz Carlos Prestes homenageado com um coquetel, na «boite» Lisita, a que compareceram centenas de pessoas representativas de diferentes setores da sociedade local.



COQUETEL

— Mais de trezentas pessoas compareceram ao coquetel realizado na «Boite» Lisita, em homenagem a Prestes. Na foto, à esquerda de Prestes, vemos o ex-deputado Abraão Isaac Neto e a sra. Norma Camilo, recentemente eleita «Miss Goiânia», e, à direita, o sr. Francisco Brito, ex-presidente da UDN, e o deputado Genésio Reis.



SAUDAÇÃO A PRESTES

— Ao concorrido ato público realizado no Cine-Teatro Goiânia compareceram pessoas de diferentes condições sociais. Na foto acima, vemos um flagrante tomado quando o poeta e romancista goiano Bernardo Lisita proferia o discurso de saudação. Prestes falou ao povo, nessa ocasião, durante mais de duas horas.



CAMPONESES COM PRESTES

— Entre as numerosas pessoas que aguardavam a chegada de Prestes no aeroporto de Goiânia, estava o líder camponês Sebastião Bailão, presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu, que na foto é visto abraçando Luiz Carlos Prestes. Nos numerosos contatos que manteve durante sua visita a Goiás, Prestes teve oportunidade de rever problemas do campo, com os quais tomou conhecimento ainda nos distante anos da Coluna.